

PROPOSTA

Revista trimestral de debates da FASE • Ano 24 • Setembro/Novembro de 1996 • Nº 70 • Preço: R\$ 6,00

CENÁRIOS DO SÉCULO XXI

ENTREVISTAS

- Celso Furtado
- Jorge Eduardo Saavedra Durão

DEMOCRACIA E
VIOLÊNCIA
INSIDIOSA
Virgínia Fontes

A CONTROVÉRSIA
DOS NOVOS
DIREITOS
Marta Suplicy

CELSO FURTADO E
O REPENSAR DA
DEPENDÊNCIA
Pedro Claudio
Cunha Bocayuva



ASSINE JÁ A REVISTA PROPOSTA

- nº 69 Eleições e Cidadania
- nº 68 Cenários do Século XXI
- nº 67 Movimentos Populares Urbanos
- nº 66 Mudar a Vida
- nº 65 Repensando o Brasil II
- nº 64 Globalizar ou integrar?
- nº 63 Trabalho e renda
- nº 62 Crise urbana
- nº 61 Repensando o Brasil
- nº 60 Genocídio social
- nº 59 Cidadania e políticas públicas
- nº 58 Democratização dos meios de comunicação
- nº 57 Revisão constitucional: Estado, trabalho e cidadania
- nº 56 Desenvolvimento e meio ambiente
- nº 55 Trabalho e cidadania nos complexos agroindustriais
- nº 54 Democratizando a cidade
- nº 53 Qual desenvolvimento?
- nº 52 Educação básica: essa crise tem solução
- nº 50 Organização sindical nos locais de trabalho
- nº 49 Violência e direitos humanos: uma guerra no Brasil
- nº 48 Amazônia oriental: trabalhadores rurais e meio ambiente
- nº 46 Barragens: movimento ecológico e luta pela terra
- nº 44 Trabalhadores rurais: fazer nossa política agrícola
- nº 43 Vídeo popular: as outras cores da imagem
- nº 42 Assalariados rurais: para onde vai a organização



**FAÇA SUA
ASSINATURA E
GANHE MAIS
DUAS REVISTAS**

COPIE E ENVIE O
CUPOM AO LADO
PARA:

Revista PROPOSTA
R. das Palmeiras, 90
CEP: 22270-070
Rio de Janeiro - RJ

Tel: (021) 286-1441
Fax: (021) 286-1209

Cupom de assinatura

☐ Cheque nominal à FASE

☐ Vale Postal - Ag. Botafogo

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

CEP: _____

Cidade: _____

Estado: _____

Profissão: _____

Tel/Ramal: _____

Data: _____

Área de interesse: ☐ Sindicalismo ☐ Questões rurais ☐ Questões urbanas
☐ Comunicação ☐ Ecologia ☐ Outros

Assinatura Anual

Número Avulso

Exterior

☐ R\$ 20,40

☐ R\$ 6,00

☐ US\$30.00

CENÁRIOS DO SÉCULO XXI

EDITORIAL

3

DEMOCRACIA E VIOLÊNCIA INSIDIOSA

5

Virgínia Fontes

UMA NOVA PERSPECTIVA ESTRATÉGICA PÓS-LIBERAL PARA ENFRENTAR A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL

10

Augusto de Franco

TRABALHO E SÉCULO XXI: YOU SAY GOODBYE, I SAY HELLO

18

Marcelo Paixão e Marcelo Figueiredo

CELSO FURTADO E O REPENSAR DA DEPENDÊNCIA

27

Pedro Claudio Cunha Bocayuva

ENTREVISTA

PROJETO NACIONAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

32

Celso Furtado

ENTREVISTA

O PANORAMA INTERNACIONAL E AS ONGs

36

Jorge Eduardo Saavedra Durão

A CONTROVÉRSIA DOS NOVOS DIREITOS DE GÊNERO E SUA RELAÇÃO COM O COTIDIANO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

44

Marta Suplicy

O INSTITUCIONAL E O SOCIAL EM PROCESSO DE INTEGRAÇÃO (O CASO DA UNIÃO EUROPÉIA)

47

Sônia de Camargo

FASE NACIONAL

Rua das Palmeiras, 90 – Botafogo
22270-070 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (021) 286-1441
Fax: (021) 286-1209
Telex: 2134201 foas BR
E-Mail: fase@ax.apc.org

FASE-ABAETETUBA

Trav. Pedro Pinheiro Paes, 330
Caixa Postal 25
68440-000 – Abaetetuba – PA
Tel/Fax: (091) 751-1181

FASE-BELÉM

Rua Bernal do Couto, 1329 – Umarizal
66055-080 – Belém – PA
Tel.: (091) 242-0318
Fax: (091) 241-5310

FASE-CÁCERES

Rua 06 Quadra 03, casa 18
Monte Verde
78200-000 – Cáceres – MT
Caixa Postal 10
Tel.: (082) 223-4615

FASE-CAPANEMA

Av. Presidente Médici, 1992
68700-050 – Capanema – PA
Tel/Fax: (091) 821-1716

FASE-ITABUNA

Rio Barão do Rio Branco, 93 – Califórnia
45600-000 – Itabuna – BA
Tel/Fax: (073) 211-4498

FASE-MACEIÓ

Rua do Comércio, 41/sala 105
Edifício Santa Terezinha – Centro
57020-000 – Maceió – AL
Tel.: (082) 221-0667

FASE-MANAUAS

Rua 47, n.º 961, conjunto 31 de Março
Bairro Japlim I
69077-480 – Manaus – AM
Caixa Postal 531
CEP 69011-970
Tel/Fax: (092) 237-7483

FASE-MARABÁ

Folha 27, Quadra 07, Lote 07 – Nova Marabá
68509-160 – Marabá – PA
Caixa Postal 73
CEP 68508-970
Tel.: (091) 322-1591
Fax: (091) 322-1558

FASE-PORTO ALEGRE

Rua Gaspar Martins, 470
90220-160 – Porto Alegre – RS
Tel/Fax: (051) 225-0787

FASE-RECIFE

Rua Viscondessa do Livramento, 168 – Derbi
52010-060 – Recife – PE
Tel/Fax: (081) 423-3826

FASE-RIO DE JANEIRO

Av. Pres. Wilson, 113/1302 – Centro
20030-020 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (021) 220-7198
Fax: (021) 262-2565

FASE-SÃO PAULO

Rua Loefgren, 1651 casa 6 – Vila Clementino
04040-032 – São Paulo – SP
Tel.: (011) 549-3888
Fax: (011) 549-1307

FASE-VITÓRIA

Rua Graciano Neves, 377/2º pav.
29015-530 – Vitória – ES
Tel/Fax: (027) 223-7436



FASE

Federação de Órgãos para Assistência
Social e Educacional
Rua das Palmeiras, 90 – Botafogo
22270-070 – Rio de Janeiro – RJ

PROPOSTA

Nº 70 – novembro de 1996
Experiências em Educação Popular
Uma publicação trimestral da FASE

Conselho Editorial

Alberto López Mejía
Ana Clara Torres Ribeiro
Angela de Carvalho Borba
Clarice Melamed
Grazia de Grazia
Haroldo Baptista de Abreu
Jean-Pierre Leroy
João Ricardo Dornelles
Jorge Eduardo Saavedra Durão
Leandro Valarelli
Luis César de Queiroz Ribeiro
Mabel de Faria
Marcelo Paixão
Márcia Leite
Maria Emília Lisboa Pacheco
Orlando dos Santos Júnior
Paulo Gonzaga
Paulo Sérgio Muçouçah
Pedro Cláudio Cunha Bocayuva
Ricardo Salles
Ricardo Tavares
Rosemary Gomes
Sandra Mayrink Veiga
Virgínia Fontes

Assessora de Comunicação

Sandra Mayrink Veiga

Editor Responsável

Luis Antonio Correa de Carvalho

Organização nº 70

Sandra Mayrink Veiga
Pedro Cláudio Cunha Bocayuva
Ricardo Salles

Apoio Técnico

Silvia Helena Matos Brandão

Capa:

Fotos Imagens da Terra
Layout Teresa Guilhon e
Nathalia Cavalcante

Diagramação

Teresa Guilhon

Editoração Eletrônica

Caravela Comunicação Visual

Informações e Vendas

Paulo César Barros

Redação

Rua das Palmeiras, 90 – Botafogo
22270-070 – Rio de Janeiro – RJ
Telefone: (021) 286-1441
Fax: (021) 286-1209

Todas as opiniões emitidas nos
artigos assinados são
de inteira responsabilidade
de seus autores.

Neste segundo número de **PROPOSTA** com o tema *Cenários do século XXI*, continuaremos tratando do quadro que se abre em termos de perspectivas de desenvolvimento econômico, social, político e cultural neste final de milênio curto de utopias e anunciador de incertezas.

Com Celso Furtado, revisitamos aquele que foi e continua sendo o tema nacional central ao longo do século, principalmente em sua segunda metade: os caminhos e as perspectivas de progresso e desenvolvimento no Brasil. O século se fecha e o tema continua tristemente atual. As grandes questões substantivas da problemática do subdesenvolvimento permanecem sem solução, não se realizaram ou tornaram-se ainda mais críticas. Mudaram apenas os rótulos (países subdesenvolvidos, de Terceiro Mundo, países em desenvolvimento e até mesmo emergentes), sob o qual diferentes realidades culturais e humanas, são agrupadas. Ninguém melhor que Celso Furtado para nos conduzir numa reflexão sobre o assunto quando reina o pensamento que prega a adesão acrítica e apressada a uma globalização que aparece como única via, sombria é verdade, para a humanidade do futuro. Porque também mudou o ar do mundo. O pessimismo ou o semblante apreensivo não são privilégios apenas dos momentaneamente derrotados do século: socialistas e outros que quiseram construir utopias; que consideraram, e ainda consideram, o futuro como resultado e não como inevitabilidade. Até mesmo o mais otimista dos neo, pós ou puramente liberais não consegue esconder a sombra em seu olhar. O legado do século de sua vitória é o legado das guerras sangrentas como nunca, da possibilidade de destruição planetária, dos desastres ecológicos sem precedentes. Numa situação dessas, o senso de perspectiva, a dimensão histórica são fundamentais para que possamos ser realistas na análise e otimistas na ação. Como nos lembra Celso Furtado, o futuro faz-se hoje, com as escolhas dos homens.

Cunca Bocayuva contextualiza a temática do desenvolvimento e da dependência, demonstrando a atualidade do pensamento de Celso Furtado. Marcelo Paixão e Marcelo Figueiredo problematizam os pontos da reestruturação e globalização econômicas tendo em vista as diferentes culturas e conquistas realizadas pelos trabalhadores em seus distintos espaços nacionais. Virgínia Fontes dissecar a violência insidiosa que recobre os projetos econômicos e sociais - quem sabe logo também políticos? - que se apresentam com naturalidade e resultam em perdas para os setores populares, desarmando-os e desqualificando o processo democrático.

Sônia Camargo faz um balanço do que foi até agora a experiência de construção da União Européia. Seus impasses e possíveis desenvolvimentos.

Augusto de Franco trata dos novos espaços e iniciativas da sociedade civil para a construção de uma cidadania mais plena que vá além do mercado e do Estado. Jorge Eduardo S. Durão nos fala, em sua entrevista, do papel das ONGs, especialmente da FASE, e as possibilidades de desenvolvimento de novos paradigmas para a cooperação internacional.

Marta Suplicy levanta a perspectiva de gênero em seu artigo e, se aponta as conquistas já realizadas pelas últimas décadas de fortes movimentos de mulheres por seus direitos, alerta-nos para o longo caminho a percorrer e as resistências e obstáculos a serem superados.

Esperamos que este número de **PROPOSTA** cumpra com seu objetivo de ampliação do debate e da esfera pública. Não apenas pela abrangência e alcance dos temas, mas também pela variedade dos pontos de vista. Que esta seja uma pequena janela para os *Cenários do século XXI*. BOA LEITURA E BONS HORIZONTES!

RICARDO SALLES
Assessor da FASE Nacional

A violência como parteira da história parecia ter encerrado sua obra. Ampliava-se a importância da hegemonia, da direção, da difusão de uma crença comum num processo coletivo. O aspecto do consenso expressava-se sobretudo através da crença em um desenvolvimento econômico ilimitado, capaz de incluir, pela contínua expansão do mercado, parcelas crescentes da população a um mundo de sonhos de consumo. Esse seria o mundo “público”, do cidadão-consumidor. Como contrapeso coercitivo, a eterna ameaça do desemprego, pairando sombriamente. A violência, pois, apenas se deslocara para um espaço menos visível, correspondendo, nessa ótica, ao campo da privação e sofrimento individual.

Nessa visão, a economia tornava-se responsável pela democracia, exacerbadamente a nível do discurso mas também, em parte, na prática. O crescimento econômico asseguraria, para alguns países centrais, a possibilidade de manter os custos sociais capazes de fazer face à “grande ameaça” comunista (Hobsbawm). O princípio explicativo liberal — calcado no individualismo possessivo — permanecia presente, tensionado pelas demandas de igualdade e pelo funcionamento real da sociedade, cada vez mais apoiada em formas de organização solidárias de interesses. A expansão do capitalismo operava numa dupla dinâmica: individualizadora e competitiva, pelo lado do mercado, e avalizada de formas solidárias já constituídas, pelo viés da democracia política e social. Se a ênfase ideológica enfatizava o aspecto econômico — entenda-se custo vs benefício — da expansão da democracia, ligando-a exatamente a essa dimensão consumidora e competitiva, criando um “mercado político” à sua imagem e semelhança, sua contrapartida era a presença crescente do trabalho como força

A LUTA PELA EXTENSÃO DA DEMOCRACIA NÃO PODE TEMER A EXPOSIÇÃO DE SEUS LIMITES HISTÓRICOS.

social organizada, cuja possibilidade de alterar as regras do jogo deviam ser levadas em conta.

2. O pensamento democrático no Brasil

A reintrodução do pensamento democrático no Brasil pós-golpe militar deu-se por um viés peculiar, diretamente ligado ao mundo das Ciências Sociais. Em plena ditadura, isolados dos movimentos sociais, sob o peso da censura e da ameaça física direta, das torturas e prisões arbitrárias, alguns intelectuais buscaram formular alternativas. Dentre eles, Fernando Henrique Cardoso, com a publicação, em 1973, de um artigo hoje famoso, intitulado “A questão da democracia”.

Nesse artigo, um dos argumentos utilizados em favor da democracia reproduz exatamente o eixo acima mencionado: a democracia seria a forma de governo mais adequada a uma sociedade cujo desenvolvimento econômico havia atingido um novo patamar. O mercado adaptar-se-ia mal às ideologias, contendo um componente fortemente racional e necessitando de fluxos de informação não obstaculizados por idiosincrasias anacrônicas dos militares. Se não havia mais dúvidas sobre o caráter capitalista da economia - e, por extensão, da sociedade - brasileira - a forma de governo mais adequada deveria ser a democrática. Ela seria capaz de garantir a continuação do crescimento econômico, a redução dos custos de manutenção do poder e, final-

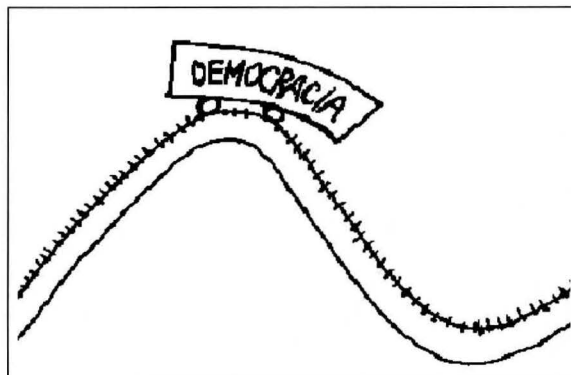
mente, a formação esclarecida - não limitada e censurada - de elites culturais capazes de assumir a liderança política.

Não se deve, no entanto, reduzir o texto de FHC a esse argumento.

Ele propunha também a criação de um clima de liberdade e de respeito que permitisse a reativação da sociedade civil e a exposição, através de conflitos construtivos para o país, dos problemas dos diversos grupos sociais, construindo-se assim um processo democrático. Sugeria, ainda, aos políticos e intelectuais, que abandonassem as vias de uma pretensa “salvação nacional” e investissem no espaço político.

No entanto, é o argumento da relação entre democracia e economia que nos interessa no momento, uma vez que ele é central em sua reflexão. A violência da ditadura, assim como as formas de luta que se lhe opunham, perderiam de vista exatamente essa articulação entre desenvolvimento econômico e possibilidade de constituir espaços democráticos. Em outros termos, se a democracia permitiria — ou deveria permitir — a livre organização dos grupos e movi-

FHC SUGERIA AOS POLÍTICOS E INTELLECTUAIS, QUE ABANDONASSEM AS VIAS DE UMA PRETENSA SALVAÇÃO NACIONAL E INVESTISSEM NO ESPAÇO POLÍTICO.



mentos sociais e a instauração de conflitos construtivos, ela derivaria sobretudo da generalização das relações capitalistas e das necessidades de expansão do mercado, constrangidas por formas políticas envelhecidas e enrijecidas.

3. Limites e extensão das democracias

Estabelecidas historicamente entre um modelo econômico que privilegia a concorrência e o isolamento individual (o mundo dos consumidores) e a construção de formas de solidariedade objetivando exatamente a redução dessa competição no âmbito dos grupos sociais, a democracia tem seu fulcro, seus limites e suas possibilidades expostos nessa tensão conflitiva.

Ela é, por definição, construção de espaços de conflito socialmente administrados. Assim, não pode ser reduzida a uma imagem estática de correspondência direta a um dado projeto ou modelo econômico. Também não pode ser limitada à expressão dos grupos já constituídos, correndo o risco de deixar de ser uma democracia e recuar para uma poliarquia fechada. A democracia depende, para sua extensão, da abertura para novas frentes de conflito, especialmente aqueles que tensionam igualdade e liberdade e que visam a explicitação da dimensão política da economia.

A luta pela extensão da democracia não pode temer a exposição de seus limites históricos. Ao con-

trário, é pela ampliação de formas múltiplas de solidariedade, traduzidas em organizações e grupos sociais, que a democracia não se reduz a uma forma de alternância no poder, mas espalha-se através do corpo social, atinge tanto a cultura quanto o cotidiano, tanto o econômico quanto retorna ao político, assegurando essa alternância que lhe é constitutiva.

A existência desses conflitos tem implicado, historicamente, na construção social de formas de vio-

*QUANDO, HISTORICAMENTE, O
EXERCÍCIO DO PODER COMO
CONTROLE COERCITIVO
DE UMA MINORIA DEU
LUGAR A CONQUISTAS SOCIAIS
EFETIVAS HOUVE UM
RECUO DAS PRÁTICAS
ABERTAMENTE VIOLENTAS.*

lência dissimulada, ligadas a veiculação/divulgação (marketing) do eixo estruturador do consenso — a lógica mercantil — como modo “moderno e limpo” da existência contraposto a formas “velhas e sujas” do cotidiano não mercantil. A naturalização do processo econômico, enunciado como um dado inescapável da existência, busca retirar toda a conotação política que ele intrinsecamente contém. Essa naturalização foi alavancada

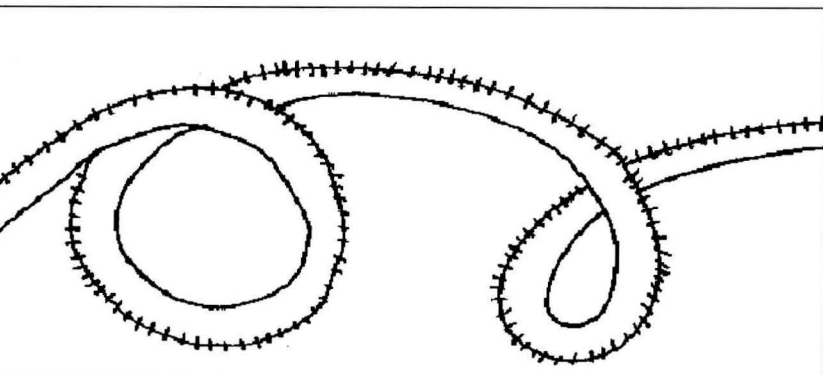
recentemente pelo fim da guerra fria — a tristemente famosa “nova ordem mundial”, inaugurada pela guerra *clean* e mediática do Golfo —, pela extensão planetária do capitalismo e, *last but not least*, pelo ritmo vertiginoso de transformações no âmago do processo produtivo (transnacionalização, flexibilização, terceirização, financeirização, revolução técnico-científica, novas engenharias, etc).

A generalização desse capitalismo *high tech* e globalizado é ainda apresentada como universal, com uma discreta mas eficiente confusão de significados contribuindo para naturalizá-la: sua extensão planetária é negligentemente confundida com uma pretensa capacidade de abrangência e integração. Se a dimensão consensual não é capaz de suscitar a adesão entusiástica a tal “nova ordem”, seu duplo — a ameaça nova de exclusão, agora não só do emprego, mas da própria existência social — atua na dimensão coercitiva.

Frente à “beleza” e “progresso” das imagens da nova cadeia produtiva *high tech*, a “feiúra” e a “sujeira” das formas precedentes. No campo, contrastam-se inovações tecnológicas, onde a engenharia genética projeta uma agricultura esterilizada à imagem e semelhança de um hospital, à imagem em preto e branco do agricultor e sua enxada. Frente à “simplicidade” da vitrine de luxo, o excesso dos camelôs; frente ao convencimento “discreto” da propaganda, o grito dos ambulantes; frente à clareza e coerência do discurso empresarial, a resistência confusa e dissonante das falas populares.

4. Violências: mídia e cotidiano.

Se o capitalismo busca legitimar-se por imagens “limpas”, assépticas e não violentas; se a democracia busca exorcizar as formas duras de coerção pela abertu-



NATHALAI CAVALCANTE

UMA NOVA PERSPECTIVA ESTRATÉGICA PÓS-LIBERAL PARA ENFRENTAR A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL

Augusto de Franco

A questão social no Brasil não será resolvida fora do contexto de uma **estratégia global de desenvolvimento** que compreenda a necessidade de uma ampla participação cidadã **voltada para a Ação Local** e baseada na parceria entre Estado, Mercado e Sociedade Civil.

Antes de qualquer coisa é necessário compreender a questão social como uma questão estratégica. Vamos admitir que os cinco grandes desafios estratégicos no Brasil são os seguintes: a) a **reversão** da tendência para a apartação social, que ameaça transformar as dezenas de milhões de excluídos (que já são) em indesejáveis sociais. Caso se consolide esta última tendência, outro remédio não haverá senão a separação e o confinamento físico e espacial destes marginalizados da cidadania “que não comem” para garantir o sono dos “que não dormem”; os últimos, óbvio dizer, por medo dos primeiros; b) a **inclusão** progressiva dos 60 milhões “de baixo” e dos 60 milhões “do meio” ao mundo já compartilhado pelos 30 milhões “de cima”, universalizando a cidadania; c) a **modernização** do país, acompanhando minimamente as inovações científico-tecnológico-produtivas da época atual; d) a **transição** para um novo padrão de desenvolvimento - humano, sustentável e eco-socialmente equilibrado -, capacitando o Brasil para disputar a centralidade referencial de novos modelos sócio-produtivos na época pós-industrial que já se anuncia e; e) a **inserção** não-



MARTA STRAUCH

submissa, interdependente e cada vez menos dependente na nova ordem mundial que já se instala no alvorecer do século XXI.

Reversão, inclusão, modernização, transição e inserção constituem os cinco elementos da “equação estratégica” brasileira no horizonte das próximas três a quatro décadas. A solução desta “equação” exige tratamento sistêmico de seus componentes, dentre os

quais, evidencia-se, pela sua urgência e premência, a chamada questão social, à qual estão diretamente afetos os dois primeiros desafios elencados acima.

AUGUSTO DE FRANCO - Membro da Secretaria Executiva do Fórum Nacional de Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e Pela Vida e do Conselho da Comunidade Solidária.

Isso quer dizer que não se pode resolver a questão social isoladamente, sem um projeto estratégico de desenvolvimento que articule o conjunto dos impasses colocados. Todavia, os tensionamentos internos entre os cinco elementos que compõem a “equação” estabelecem certas condicionalidades para a solução global. É assim que a exclusão social, a tendência para a apatização e a restrição da cidadania ameaçam as possibilidades de superação do conjunto de impasses estratégicos se não forem enfrentadas adequadamente em tempo hábil.

Pode-se prever um comportamento de irreversibilidade da “função social” com autonomia em relação aos demais fatores explicitamente econômicos, científico-tecnológicos e de política internacional. Ou seja, a partir de certo momento, as energias disponíveis para a construção de uma alternativa estratégica de desenvolvimento estarão irremediavelmente comprometidas no gerenciamento das contradições internas, cujo quadro tende a assumir uma configuração destrutiva.

***NÃO SE PODE RESOLVER A
QUESTÃO SOCIAL
ISOLADAMENTE, SEM UM
PROJETO ESTRATÉGICO DE
DESENVOLVIMENTO.***

A conclusão é que, embora não podendo ser resolvida isoladamente, a questão social brasileira tem que ser enfrentada prioritariamente como o que de fato ela é: uma questão social e não como um subproduto da economia. Operações macro-econômicas, que teoricamente deveriam incidir sobre as condições sociais, não terão o condão - no quadro da exclusão social brasileira - de promover por si só a **reversão** e a **inclusão**. Os excluídos da econo-

mia incluída não poderão ser satisfatoriamente atingidos pelas medidas intra-econômicas pelo simples fato de que também estão excluídos da sua ordem e da sua “lógica”. Em outras palavras, **eles não poderão ser redimidos sem uma deliberada e concentrada ação extra-econômica.**

***A QUESTÃO SOCIAL
BRASILEIRA TEM QUE SER
ENFRENTADA
PRIORITARIAMENTE COMO O
QUE DE FATO ELA É:
UMA QUESTÃO SOCIAL
E NÃO COMO UM
SUBPRODUTO DA ECONOMIA.***

Esta ação extra-econômica exige o Estado como protagonista necessário e imprescindível de uma política social. Mas, o Estado sozinho não pode reunir as condições nem para implementação, nem mesmo para a elaboração dessa política. Superando as perspectivas neoliberais e estadistas, a **reversão** e a **inclusão** reclamam, de um novo ponto de vista possível, a Sinergia Estado-Mercado-Sociedade Civil. O que aponta, por sua vez, para uma solução política: um entendimento estratégico entre os principais atores dessas três “esferas” sobre a principalidade que deve ser dada à questão social e sobre as prioridades e medidas capazes de traduzir em ação concreta tal focalização.

As considerações anteriores colocam problemas teóricos e práticos bem precisos. Se o Estado é necessário, insubstituível mesmo, porém insuficiente para elaborar e implementar uma política de caráter estratégico como componente de um projeto global de desenvolvimento que exige enfrentamento prioritário, pergunta-se então: a) qual deveria ser o referencial (teó-

rico e mundivisivo) para a formulação desse projeto (global)? b) quem seriam os demais protagonistas dessa política (social)? c) como e onde essa última deveria ser elaborada e implementada?

As respostas para estas questões não são óbvias. Como já tive oportunidade de afirmar, parece “claro que os investimentos prioritários, capazes de atender e solucionar os carecimentos básicos das populações, na maior parte dos países do globo, não poderão ser feitos sem a formulação de diretrizes estratégicas por parte desses países, sem programas de governo baseados em tais diretrizes e sem sistemas de alianças políticas e sociais capazes de dar condições de implementação a estes programas. Mas, o que talvez não esteja igualmente claro é a necessidade de propostas globais de ação cidadã que mobilizem amplamente as nações para este esforço, haja vista que apenas os Estados, com seus governos, não terão condições de superar os grandes impasses estratégicos para os países do chamado ‘terceiro-mundo’ (onde se verificam predominantemente os carecimentos sociais básicos de que falamos) na transição para o século XXI. E, além disso, a necessida-

***APENAS OS ESTADOS,
COM SEUS GOVERNOS, NÃO
TERÃO CONDIÇÕES DE
SUPERAR OS GRANDES
IMPASSES ESTRATÉGICOS
PARA OS PAÍSES DO
CHAMADO ‘TERCEIRO-MUNDO’.***

de de que estas propostas globais de ação cidadã se materializem em projetos concretos de Ação Local - única forma de viabilizar e potencializar soluções alternativas para os mencionados impasses, dentre os quais o mais urgente e premente

é o de reverter a tendência para a apartação social verificada sobretudo no interior dos países menos desenvolvidos.

“Ao contrário do que pode parecer à primeira vista, esta Ação Local não é uma ação assistencialista, mas uma ação de desenvolvimento sob um novo ponto de vista. Ou seja, uma ação adequada a um novo padrão de desenvolvimento, ambientalmente seguro e eco-socialmente equilibrado: o desenvolvimento sustentável, entendido como aquele que cria condições para a sustentabilidade da própria sociedade humana nos marcos de um novo ‘contrato natural’”². E aqui já se verifica aquela articulação intra-sistêmica, exigida para a solução da “equação estratégica” brasileira, entre os dois primeiros impasses relacionados (a **reversão** e a **inclusão**) e o quarto (a **transição**).

**DIFERENTEMENTE DO
EMPREGO EM MASSA, O
TRABALHO LOCAL SERÁ MAIS
‘PRODUTIVO SOCIALMENTE’**

“Examinemos, para exemplificar, um problema característico do mundo atual: o desemprego. Trata-se de um problema global, sem solução nos marcos do atual padrão de desenvolvimento por motivos quase óbvios: a automação tende a inviabilizar o pleno emprego. A solução global - uma redução drástica da jornada de trabalho - dificilmente poderá ser implementada. Pois o país ou a empresa que a adotasse, dando o ‘primeiro passo’, ficaria exposto à ruína face à concorrência. Este é o típico problema que só terá como adequada a **solução local**. A progressiva substituição do emprego em massa, em ambientes de grande escala, pelo trabalho local, em empreendimentos vicinais e co-

munitários, com tecnologia avançada de pequena escala, é uma via possível para potencializar soluções alternativas. Grande parte das necessidades podem ser satisfeitas por um trabalho produtivo local que empregue tecnologia apropriada (isto é, aquela que conserva os recursos, não agride o ambiente, ajuda no trabalho e cria produtos socialmente úteis), com a vantagem adicional de dispensar o deslocamento das pessoas. Produ-

**ESTE NOVO PONTO DE
VISTA PRESSUPÕE UMA
MUDANÇA NA
VISÃO DE ECONOMIA.**

ção de energia e alimentos, construção, manutenção, decoração, mobiliário, vestuário e fabricação de alguns equipamentos e tecnologias de informação podem ser viabilizados, de forma eficiente em termos econômicos e adequada em termos ecológicos, a partir do local, com a descentralização do trabalho. Uma solução que vai na linha da conquista da auto-suficiência, na medida em que permite que o recurso a insumos de origem mais global seja necessário apenas quando os recursos e o *know how* locais não estejam disponíveis. Por outro lado, diferentemente do emprego em massa - que avilta o trabalho feminino, discrimina ou não incorpora satisfatoriamente os portadores de deficiências e exclui os idosos e os aposentados - o trabalho local será mais ‘produtivo socialmente’³.

Com certeza estamos diante de uma Ação Local de desenvolvimento, mas, como dissemos, sob um outro ponto de vista. Este novo ponto de vista pressupõe uma mudança na visão de economia, que adote como critérios, para além da qualidade produtiva, a **qualidade de vida**; em substituição ao léu de uma “lógica” intra-econômica, a

ética na definição das prioridades; e, por último, outros **índices de desenvolvimento (humanos)** em lugar de indicadores baseados somente no crescimento material da produção⁴.

Por outro lado, não apenas a visão de economia, mas o próprio conceito de cidadania implicado no ponto de vista teórico-referencial esboçado acima configura igualmente uma nova abordagem. Pois, desencadear uma ação cidadã pressupõe, entre outras coisas, o estabelecimento de uma nova concepção e a proliferação de uma nova prática de cidadania capaz de, vencendo as resistências corporativas, burocráticas ou interesseiras, dinamizar o enorme potencial de recursos humanos e materiais que jaz em repouso nas “esferas” não-mercantis e mercantis da sociedade.

Tais recursos são absolutamente necessários para a **reversão** e a **inclusão**, quando menos - se o negócio da velha economia é medir quantidades - pelo enorme volume (de centenas de bilhões?) de dólares que representam, perfazendo um total indisponível no mundo em termos de captação de empréstimos ou de atração de investimentos. O Estado não possui estes recursos, nem pode obtê-los internamente nas condições atuais. São recursos que não estão disponíveis ao Estado dentro do atual parâmetro de relacionamento com a sociedade, no qual esta última cobra

2- FRANCO, Augusto. 1994. “Ação Local: uma nova opção de participação ético-política”, Instituto de Política, jan/94 - subsídios INESC, mar/94.

3- FRANCO, Augusto e DUARTE, Ozeas, 1993. “Brasil Futuro do Presente. Diretrizes para a elaboração de um Projeto Estratégico Alternativo para o Brasil”, UFC, Fortaleza, 1993.

4- FRANCO, Augusto. 1994. “Ação Local: uma nova opção de participação ético-política”, Instituto de Política, jan/94 - subsídios INESC, mar/94.

do primeiro o seu dever eximindo-se da sua própria responsabilidade social. Nem dentro do atual parâmetro de relacionamento com o Mercado, no qual este último quer se ver livre do poder coator (regulador e interventor) do Estado ao mesmo tempo em que não abre mão de proteções, subsídios e vantagens para realizar lucros de curto prazo, ignorando quaisquer objetivos públicos sociais.

Mas, o fato é que, sem estes recursos, nada ou quase nada pode ser feito. Trata-se sim, para o Estado, de obter “almoço grátis”. E - já disse “nosso” economista - como não existe “almoço grátis”, ele terá que ser “pago” por alguém, no caso pela Sociedade Civil e pelo Mercado. A contrapartida do Estado, sem a qual torna-se impossível “fechar o negócio”, é uma profun-

**O ESTADO PODERÁ “PAGAR”
A SUA PARCELA ABRINDO MÃO
DOS SEUS MONOPÓLIOS
BUROCRÁTICOS, DAS SUAS
INSTITUIÇÕES E MECANISMOS
AUTOCRÁTICOS, DA
SUA IRRACIONALIDADE
ESTRUTURAL E DA
SUA INEFICIÊNCIA FUNCIONAL.**

da reforma que altere o seu estado atual e as suas relações com a sociedade como um todo. Este é o modo como o Estado poderá “pagar” a sua parcela do “almoço”, abrindo mão, por exemplo, dos seus monopólios burocráticos, das suas instituições e mecanismos autocráticos, da sua irracionalidade estrutural e da sua ineficiência funcional.

Pois bem. Qual seria esta nova concepção de cidadania compatível com a realidade de uma sociedade de profunda exclusão social como a brasileira, capaz de ensinar o enfrentamento de seus impasses estratégicos?

Essa nova concepção de cidadania não se opõe à idéia clássica de cidadania como defesa de direitos individuais e coletivos. Ela não dispensa a luta coletiva para “arrancar” do Estado mais direitos

**A EMANCIPAÇÃO DOS
EXCLUÍDOS É OBRA
CONJUNTA DOS EXCLUÍDOS
E DOS INCLUÍDOS QUE QUEREM
ACABAR COM A EXCLUSÃO.**

para este ou aquele setor, camada, categoria ou classe social. Ela assume o combate pela conquista de direitos, inclusive pelos direitos de ter direitos e de construir novos direitos. Mas ela não se centra na idéia de que existe um grupo ou campo social “chave” na sociedade, cuja realização dos supostos interesses históricos particulares garantiria ao final a conquista de direitos para todos. Nem na idéia de que a conquista da cidadania possa ser obtida a partir da luta por interesses imediatos travada por cada grupo social *per se*.

O célebre lema segundo o qual a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores - da sua organização como classe e da luta social e política - vale, como a expressão está dizendo, para **os trabalhadores**, para os que podem se associar, se sindicalizar, se partidizar e se fazer representar social e politicamente. Ou seja, vale para os incluídos - inclusive para as suas camadas mais subalternas, como é o caso de algumas categorias de trabalhadores -, mas não vale para aqueles que nem se podem chamar propriamente de trabalhadores: os excluídos. Para estes, não há perspectiva de auto-emancipação. Não através dos processos clássicos de organização do mundo incluído baseados na luta pela realização de interesses grupais particulares.

A luta das camadas subalternas dos incluídos para satisfazer seus próprios interesses coletivos jamais terá o condão de emancipar os excluídos. Mesmo quando essa luta for travada contra os setores incluídos dominantes responsabilizados pela exclusão. Aliás, nada evita que, muitas vezes, essa luta acabe trazendo prejuízos concretos para os excluídos. Os trabalhadores brancos da África do Sul votaram majoritariamente contra o fim do *apartheid*. Estavam protegendo seus legítimos interesses de classe. Estavam garantindo seus empregos e, talvez, outros direitos trabalhistas. O petroleiro que faz uma greve nacional contra o governo, por mais justo que seu movimento apareça à nossa vista, pode desencadear uma constelação desfavorável de fatores políticos e econômicos que redunde, por exemplo, no desabastecimento de gás de cozinha, afetando diretamente (e cruelmente) populações pobres das periferias que não têm vale-refeição e não têm a opção de almoçar no restaurante do sindicato.

Então, o incluído que luta por seus interesses para ampliar os seus direitos deve pensar também naqueles que sequer podem ter consciência de seus direitos para lutar por seus interesses. Quer dizer, só haverá emancipação dos excluídos com a participação dos incluídos nessa emancipação. Em outras palavras, o lema aqui seria: a emancipação dos excluídos é **obra conjunta** dos excluídos e dos incluídos que querem acabar com a exclusão. Não se trata de auto-eman-

**A LUTA DAS CAMADAS
SUBALTERNAS DOS INCLUÍDOS
PARA SATISFAZER SEUS
PRÓPRIOS INTERESSES
COLETIVOS JAMAIS TERÁ O
CONDÃO DE EMANCIPAR OS
EXCLUÍDOS.**

cipação, mas de comum-emancipação. Para fazer esta obra **conjunta**, o incluído precisa **estar junto** do excluído, ser solidário com ele.

Mas há mais nessa nova concepção de cidadania. Numa sociedade de exclusão social, não pode haver cidadania sem universalização da cidadania. Ninguém pode ser cidadão diante da presença de não-cidadãos. Se existem excluídos da cidadania, então os direitos dos incluídos - mesmo aqueles duramente conquistados pela luta das camadas mais subalternas dos incluídos tendem a aparecer como privilégios em relação aos excluídos. Para haver cidadania plena é preciso que o incluído não se exclua da presença do excluído. O primeiro precisa estar junto, quer dizer, literalmente ser **solidário** com o segundo para conquistar a sua própria cidadania - o que só ocorrerá plenamente quando ambos a conquistarem. A auto-emancipação, numa sociedade de exclusão, é função da comum-emancipação.

Por certo esta concepção de

**A AUTO-EMANCIPAÇÃO,
NUMA SOCIEDADE
DE EXCLUSÃO,
É FUNÇÃO DA
COMUM-EMANCIPAÇÃO.**

cidadania não será aceita pacificamente por alguns importantes setores organizados da sociedade, portadores, hoje, de uma análise crítica que ainda não consegue ver a compatibilidade entre justiça social e solidariedade, muitas vezes encarando esta última como uma compensação para a falta da primeira e, portanto, como ação objetivamente funcional para manutenção da iniquidade. Deixemos, no entanto, de lado, por ora, tais dificuldades para examinar duas outras que provêm, quer da visão neoliberal - que subordina a questão social à questão econômica, transpondo a "lógica" do Mercado para as outras "instâncias" da sociedade -, quer da visão estatista - que confere ao Estado o monopólio

das políticas públicas, impondo a "lógica" estatal às demais "esferas".

Trabalhamos aqui com a idéia de que existe uma **instância** social do não-Estado e do não-Mercado - a **instância** da Sociedade ou da Sociedade Civil (embora o conceito original de "sociedade civil" se refira à **esfera** do privado e abarque, por conseguinte, o Mercado). Não é este o caso atual dos que invectivam contra o neoliberalismo. Pensam como se existissem apenas duas **instâncias sociais** relativamente autônomas: a do Mercado e a do Estado. Seu temor se baseia na suposição de que a racionalidade do Estado possa ser contaminada e desconstituída pela "lógica" do mercado. Acuados pelo processo em curso de globalização da economia, que parece escapar às diretrizes de planejamento dos Estados-nacionais, estatistas de todo tipo responsabilizam o neoliberalismo pelo conjunto de mudanças globais que marcam a cena mundial de nossa época. "Tomam - como diz a ver-



GIANE CARVALHO / IMAGENS DA TERRA

são preliminar de um documento interno de uma corrente minoritária do PT - a ideologia da modernização capitalista como a causa determinante da própria modernização. Na verdade, na base do movimento de globalização está o extraordinário desenvolvimento da pro-

***O NEOLIBERALISMO NÃO
SERÁ SUPERADO POR UM
CONTRA-LIBERALISMO QUE
OUTRA COISA NÃO PODE
SER DO QUE ESTATISMO.***

ductividade do trabalho proporcionado pelas novas tecnologias de produção e de gestão empresarial. O neoliberalismo é uma ideologia que concebe a globalização sob a ótica particular dos setores de ponta do capitalismo. Considerar a tendência histórica objetiva no sentido da globalização como manifestação do neoliberalismo implica o equívoco de chocar-se com a própria modernização em nome de um combate, ao cabo estéril, ao inimigo histórico: a burguesia. Seria como atribuir à primeira revolução industrial o caráter de uma fantástica conspiração contra o artesanato”⁵.

Neste debate (ideologizado) entre ideologias, não há saída para quem se situa num dos pólos da contradição Estado X Mercado. O neoliberalismo não será superado por um contra-liberalismo que outra coisa não pode ser do que estatismo. Não é por acaso que, na defesa do interesse nacional, ceram hoje fileiras contra o neoliberalismo a esquerda estatal-corporativa ombro-a-ombro com a direita nacionalista. Elas têm algo em comum: a ideologia que aponta o Estado como (único) intérprete autorizado deste suposto ‘interesse nacional’

O neoliberalismo é mercadocêntrico. Mas tanto a esquerda

corporativa atual quanto a direita nacionalista são estadocêntricos. Ambas contrapõem Estado à Mercado. Nenhuma das duas se situa na Sociedade. Por exemplo, se a ideologia chamada de neoliberalismo coloca a questão social como subordinada à questão econômica, a ideologia estatal-corporativa confere ao Estado o monopólio das políticas públicas. Em ambas, a Sociedade não é um ‘lugar’ autônomo de geração e implementação de políticas.

Tanto a esquerda estatal-corporativa, quanto a direita nacionalista exprimem uma reação de Tradicionalidade à Modernidade. De fato, o liberalismo é a ideologia da Modernidade. E a Modernidade - não se discute - está em crise. Mas, assim como a crise da Modernidade não será resolvida pela volta à Tradicionalidade, a crise do liberalismo (do qual o

TODOS OS ESTATISMOS

SÃO RETORNOS À

TRADICIONALIDADE.

TODOS OS LIBERALISMOS

REPRESENTAM ESFORÇOS PARA

“ESTICAR” OU RECUPERAR A

MODERNIDADE EM CRISE.

chamado neoliberalismo é um efluxo, uma sub-ideologia, alguém falou: “sub-liberal”) não será solucionada com um retorno ao estatismo. Todos os estatismos são retornos à Tradicionalidade. Todos os liberalismos representam esforços para “esticar” ou recuperar a Modernidade em crise. A única saída para a frente é um **pós-liberalismo** que se insira na Contemporaneidade.

Na Contemporaneidade, ou seja, na superação da crise da Modernidade, quer-se um Estado **socialmente controlado** e um Mercado **socialmente orientado**.

Mas isso só é possível se tivermos uma Sociedade **“socialmente organizada”**, quer dizer, uma *esfera* social-pública, constituída endogenamente (e não “fabricada” *ex-machina* pelo Estado nem, muito menos, deixada ao léu dos jogos inter-econômicos do Mercado).

TANTO A ESQUERDA

ESTATAL-CORPORATIVA,

QUANTO A DIREITA

NACIONALISTA EXPRIMEM

UMA REAÇÃO

DE TRADICIONALIDADE

À MODERNIDADE.

Ao que se pode depreender das tendências de superação que brotam do interior da crise da Modernidade, a racionalidade desta nova *esfera* social-pública é **não-Estatal e não-Mercantil**. Ou seja, não visa, por um lado, o estabelecimento (e a manutenção) de uma ordem externa, concebendo, numa atitude heterônoma diante do poder, a Sociedade como *dominium* do Estado (no sentido feudal mesmo do termo). E, por outro lado, também não objetiva a obtenção do lucro ou a apropriação privada de qualquer excedente ou sobrevalor gerado socialmente.

O que há de errado com o estatismo é que ele pretende **impor** a “lógica” do Estado às outras *instâncias* sociais (ao Mercado e à Sociedade Civil). O que há de errado com o neoliberalismo é que ele quer **transpor** a “lógica” do Mercado para as outras *instâncias* sociais (o Estado e a Sociedade

5- Democracia Radical, 1995: “Renovar o PT afirmando alternativas para a sociedade”(versão preliminar).

6- FRANCO, A. 1994. “As ONGs e a (nova) parceria”, Instituto de Política, Brasília

Civil), tentando torná-la predominante⁶. Isto não quer dizer que estas racionalidades deixem de atravessar a realidade social como um todo. Por exemplo, a “lógica” do

**A SOCIEDADE NÃO É UMA
SOCIEDADE DE MERCADORES
COMO QUER A IDEOLOGIA
NEOLIBERAL; NEM DE
REGULADORES EXÓGENOS
COMO QUER A IDEOLOGIA AQUI
CHAMADA DE ESTATISMO.**

Mercado tem lugar no Estado (nas empresas públicas) e nos empreendimentos privados da sociedade. Mas ela não pode ditar outras dinâmicas próprias das *esferas* estatal-pública e social-pública. Os governos não podem declarar o comportamento (nem se guiar pelas motivações) das diretorias empresariais, assim como todos os agentes da sociedade civil (no sentido original do termo) não podem ser reduzidos e equiparados aos seus agentes **econômicos**. A Sociedade não é uma sociedade de mercadores (não importa se de produtos, causas ou idéias) como quer a ideologia neoliberal; nem de **reguladores** exógenos (elaboradores, executores e julgadores da aplicação de normas) - como quer a ideologia aqui chamada de estatismo.

Estado, Mercado e Sociedade Civil não são *instâncias* estanques, porém interdependentes, isto é, **interagentes**, relativamente autônomas, sem serem dependentes. Estado e Mercado são necessários. Não se trata de extinguir o Estado, nem de abolir o Mercado, mas sim de promover uma **integração** construtiva entre estas *instâncias*. Mas, só lograremos atingir adequada sinergia na medida em que tanto o Estado quanto o Mercado passarem a ser, respectivamente, controlados e orientados pela Sociedade. Este é um

ponto de vista **sociocêntrico**, pós-liberal. A isso, sim, talvez se devesse chamar de **socialismo**!

Quando se fala em controlar o Estado e orientar o Mercado pela Sociedade, não se faz referência apenas ou principalmente aos (legítimos) interesses particulares ou setoriais situados na sociedade e sim a um “interesse” público social que vai se compondo a partir do protagonismo crescente de novos sujeitos orgânicos, não exclusivamente partidários (de vez que os partidos são organizações pró-Estatais que objetivam a conquista do poder de Estado através da hegemonia de um grupo social sobre os demais) ou corporativos (posto que os sindicatos e as organizações de classe e categoria profissional se baseiam, justamente, na luta pela obtenção ou manutenção de interesses particulares e setoriais). É bom frisar que, salvo menção em contrário, o que estamos

**QUANDO SE FALA EM
CONTROLAR O ESTADO E
ORIENTAR O MERCADO PELA
SOCIEDADE, FALA-SE EM UM
“INTERESSE” PÚBLICO SOCIAL
QUE VAI SE COMPONDO A
PARTIR DO PROTAGONISMO
CRESCENTE DE NOVOS
SUJEITOS ORGÂNICOS.**

chamando neste texto de Sociedade (ou Sociedade Civil) refere-se àquela *instância* social do não-Estado e do não-Mercado.

Contra este emergente protagonismo social - de novos sujeitos que se constituem e ascendem à cena política desde a Sociedade - trabalha, entretanto, a ideologia estatal-corporativa da esquerda partidária atual que é o excremento da “teoria” do interesse histórico de classe; para usar a expressão de

Thompson, “o resíduo de idéias outrora vivas”⁷. Por que faliu esta “teoria”? Porque, na medida em que a sociedade foi se tornando cada vez mais complexa, com lados múltiplos e diferenças variadas e variáveis, foi perdendo cabimento “a idéia de que existem agentes, de um lado da sociedade, cujo movimento contra o outro lado - se resultando na sua prevalência política - cria a **condição** para a transformação de toda a sociedade”⁸. Tal idéia fundamentava-se na ‘teoria’ segundo a qual existia um grupo social cujos supostos ‘interesses históricos’, uma vez satisfeitos, inaugurariam uma era de liberdade e de abundância para toda a sociedade humana. ‘Teoria’ que, no fundo, era uma crença, mítica, de que havia uma classe social **cujos particularismos, uma vez realizados, se universalizariam**. E que, portanto, o critério último que deveria definir nossa posição política era estar **ao lado** desta classe, que recebeu da própria história a missão de transformar a realidade social desigualitária mas que, para tanto, precisaria tornar-se hegemônica na sociedade apoderando-se do Estado”⁹. A rigor, esta ideologia jamais poderia ter sido chamada de “socialista”, pelo simples motivo de que ela é **sócio-excêntrica**. Não quer organizar a Sociedade endogenamente, a não ser na medida em que pode utilizar esta organização como instrumento para a conquista do poder de Estado e, então, a partir daí, organizá-la, exogenamente.

7- THOMPSON, 1987. “Gaia e a política da vida: um programa para os anos noventa?” in “Gaia, uma teoria do conhecimento”, Global, São Paulo, 1990.

8- FRANCO, 1995. “Esquerda” e “Direita”: política como questão de *lado* ou de *modo*?, Instituto de Política, Brasília.

9- Democracia Radical, 1995: “Renovar o PT afirmando alternativas para a sociedade”(versão preliminar).

**TRATA-SE DE TRANSFORMAR
A AÇÃO LOCALIZADA E
LIMITADA, QUE DE FATO
PODE SER REALIZADA PELAS
PESSOAS, NUMA AÇÃO
ALTERNATIVA DE
DESENVOLVIMENTO.**

Qual a conclusão que se pode tirar de toda essa reflexão? Segundo uma perspectiva sócio-cêntrica, pós-liberal, a conclusão é a seguinte: a conta tem que ser paga pelos incluídos, mas não a partir da **imposição estatal**, via incremento da sobrecarga fiscal, por

exemplo, e sim através da **indução social**, exercida por um novo sujeito coletivo constituído pela **parceria** entre Estado, Mercado e Sociedade Civil. Um sujeito que exerça o seu protagonismo estratégico de forma compartilhada e, naturalmente, negociada.

Parece evidente que essa **indução social** não pode ser efetivada apenas a partir da propaganda, nem somente por intermédio de campanhas de fraternidade e de solidariedade. Para além do espaço cênico da mídia e dos apelos à consciência humanitária e à boa-vontade dos cidadãos, trata-se de induzir, em ampla escala, a concretização de novas experiên-

cias de desenvolvimento de pequena escala, ou seja, realizadas no **âmbito local**. Pois só neste sentido, torna-se possível concretizar aquelas parcerias entre Estado, Mercado e Sociedade Civil capazes de multiplicar os recursos disponíveis de sorte a produzir resultados ponderáveis na melhoria integral das condições de vida das populações marginalizadas. Ou seja, trata-se de transformar a ação localizada e limitada, que de fato pode ser realizada pelas pessoas, numa ação alternativa de desenvolvimento. O que só acontecerá se houver uma estratégia global de desenvolvimento que compreenda a necessidade das ações locais. □

PROGRAMAÇÃO

1º encontro

fórum de desenvolvimento do cooperativismo popular RJ

25 a 27 de Outubro
Local: Hotel SESC
Domingos Ferreira, 160
Copacabana

DIA 25

17:00 h - Credenciamento
18:00 h - Painel de Abertura
SANDRA MAYRINK VEIGA - FASE
O que é o Fórum e qual o seu papel?
Dinâmica do Encontro
19:30 h - Montagem da feira e apresentação dos grupos

DIA 26

9:00 h - PAINEL
Princípios do Cooperativismo
SALVINO JOSÉ MEDEIROS - CCAP
A Globalização e o Cooperativismo Popular
MARCOS ARRUDA - PACS
10:30 h - Cafezinho
10:45 h - Painel
Relato de experiências: Cooparj, Coonatura, Shangri-lá, Arte Campos, CCAP
12:00h - Almoço
14:00 h - Trabalho em grupo com moderação
Tema: Princípios, objetivos e estratégias comuns
17:00 h - Cafezinho
17:15 h - Plenária
19:00 - Jantar
20:30 - Visita à feira

DIA 27

9:00 h - Socialização de informações
FRANKLIN COELHO - SERE
9:15 h - Painel
Comunicação Intercooperativa
GENTIL ANTÔNIO RUY - DENACCOOP
DARCY PEREIRA - FETRABALHO
10:15 h - Cafezinho
11:30 h - Painel
Legislação Cooperativista
ROLF HARBACH - ASSESSOR PELO PT NA CÂMARA DE DEPUTADOS
PROF. VERGÍLIO PERIUS - UNISSINOS/ RGS
12:00 h - Almoço
14:00 h - Trabalho em grupo
Tema: Capacitação, financiamento, legislação, laços de cooperação, construção de uma rede das cooperativas e políticas públicas
16:00 h - Cafezinho
16:15 h - Plano de ação para o Fórum de Desenvolvimento do Cooperativismo Popular



Maiores informações com Sandra Mayrink ou Sílvia Helena no telefone 2861441

TRABALHO E SÉCULO XXI: YOU SAY GOODBYE, I SAY HELLO

Marcelo Paixão
Marcelo Figueiredo

INTRODUÇÃO

As transformações que atualmente vêm ocorrendo no mundo do trabalho são subproduto de um processo mais geral de reestruturação do capitalismo na busca de consolidação de um novo padrão de desenvolvimento. Este novo padrão - denominado por autores como Harvey¹ de "modelo de acumulação flexível"- seria marcado por uma contraposição direta à

*AS TRANSFORMAÇÕES QUE
ATUALMENTE VÊM
OCORRENDO NO MUNDO DO
TRABALHO SÃO SUBPRODUTO
DE UM PROCESSO MAIS GERAL
DE REESTRUTURAÇÃO DO
CAPITALISMO NA BUSCA DE
CONSOLIDAÇÃO DE UM NOVO
PADRÃO DE
DESENVOLVIMENTO.*

rigidez do **fordismo**, e se apoiaria na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados, dos produtos e dos padrões de consumo.

Alguns autores chegam a falar no advento de uma Terceira Revolução Industrial. Entretanto, o conteúdo desta nova fase parece ser letal para a classe trabalhadora, seja em termos de sua expressão numérica, seja em termos de seu peso político. Depois do "Adeus ao Proletariado" de Gorz, onde o

sociólogo francês vaticinou o fim da classe operária, questiona-se, mais recentemente, até mesmo se a categoria *trabalho* ainda ocuparia o estatuto da centralidade na sociedade contemporânea². Afirmar-se que estaríamos entrando em uma nova fase da história - a era pós-mercado - caracterizada pelo declínio sistemático e inevitável dos níveis dos empregos, onde muitas e variadas funções estariam condenadas à virtual extinção³. Para Antunes⁴, trata-se mesmo da mais aguda crise no universo do trabalho, com fortes repercussões no movimento sindical.

A dinâmica das atuais transformações pode ser visualizada na generalização da insegurança e fragmentação do trabalho, mesmo em sociedades de desenvolvimento industrial avançado, sob diferentes prismas e com efeitos nefastos sobre as condições de vida de segmentos expressivos do conjunto da sociedade: ampliação do desemprego, redução dos empregos estáveis nas empresas, ruptu-



1. HAVEY, David. A condição pós-moderna. São Paulo, Ed. Loyola, 1992.

2. A este respeito ver OFFE, Claus. Capitalismo desorganizado. Rio de Janeiro, Ed. Brasiliense, 1989.

3. A respeito ver RIFKIN, Jeremy. O fim dos empregos. São Paulo, Makron Books, 1995.

4. ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? São Paulo, Ed. Cortez. Campinas Ed. UNICAMP, 1995.

MARCELO PAIXÃO Assessor da FASE Nacional e Professor do Depto. de Economia da UFF

MARCELO FIGUEIREDO Doutorando do Grupo de Engenharia do Trabalho e Engenharia (GENTE) do PEP/COPPE/UFRJ

ras na relação salário/produktividade, acentuada redução nos níveis de sindicalização etc⁵. Robert Kurz, embora criticado pelo cunho catastrofista de suas teses, chega a ver na ampliação generalizada do desemprego e da pobreza os indícios de uma nova idade das trevas, de um profundo colapso do sistema capitalista. No seu entender a crise caminha da periferia para o centro, isto é, iniciou-se no Terceiro Mundo, chegou aos países socialistas e já atinge regiões inteiras dos países centrais⁶.

Muito embora as atuais transformações sociais e econômicas do sistema capitalista estejam marcadas por movimentos contraditórios e heterogêneos, e em meio a toda sorte de oscilações e incertezas, colocam-se novas e graves questões aos povos de todo o mundo no limiar do século XXI. O novo período traz muitas incógnitas sobre o futuro da cidadania dentro e fora dos espaços de trabalho e sobre a capacidade de reação do conjunto dos trabalhadores e da sociedade frente a este cenário.

Tendo em vista este conjunto de questões, procuramos neste artigo entender o caráter político mais amplo das atuais mudanças no mundo da produção e seus efeitos sobre o trabalho e para a sociedade como um todo.

TRABALHO E PADRÃO DE ACUMULAÇÃO: do fordismo à acumulação flexível.

Nos países capitalistas centrais vigorou, desde o final dos anos 40, um padrão de acumulação capitalista de novo tipo. Na verdade, a base tecnológica deste período já havia sido lançada desde o final do século XIX e início deste século, principalmente com as inovações da chamada Segunda Revolução Industrial e com os métodos de organização industrial e do trabalho inspirados em Ford, Taylor e

Sloan. Contudo, na primeira metade do século XX o capitalismo, prejudicado por constantes crises, levantes operários e guerras, não conseguiu tirar o devido proveito destas mudanças. Somente no pós-Segunda Guerra é que o sistema

A DINÂMICA DAS ATUAIS TRANSFORMAÇÕES PODE SER VISUALIZADA NA GENERALIZAÇÃO DA INSEGURANÇA E FRAGMENTAÇÃO DO TRABALHO, MESMO EM SOCIEDADES DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL AVANÇADO.

capitalista potencializaria tais inovações conferindo-lhes, até os anos 70, um verdadeiro caráter de paradigma tecnológico e organizacional.

O modelo de desenvolvimento que se gestaria no pós-guerra foi denominado pelos teóricos da Escola da Regulação de **fordismo**. Tal modelo, por sua vez, incorporava uma dupla dimensão: um regime de acumulação baseado na correspondência entre produto potencial em constante elevação e consumo de massas e; um modo de regulação associado às políticas **keynesianas** que defendiam uma forte intervenção do Estado na economia e nos demais aspectos da vida social.

O padrão fordista perdurou até início da década de 70 deste século durando. Estas três décadas são hoje chamadas de anos de ouro do capitalismo, pois foi um momento no qual este sistema conviveu com elevadas taxas de crescimento e um nível de estabilidade política, econômica e de bem-estar social (**welfare state**) jamais vistos em sua história.

Ao contrário de uma evolução natural, o padrão de acumulação

que emergiu do pós-guerra foi produto de um doloroso parto, no qual foram consumidas milhões de vidas. Para que tal modelo lograsse êxito foi preciso a intervenção cirúrgica de guerras e revoluções ocasionando uma redefinição da hegemonia econômica, política e militar no planeta (em favor dos EUA e da ex-URSS) e a resolução da luta de classes nas diversas nações, seja com a derrota dos grupos dominantes, como no Leste Europeu, seja com a conformação de grandes pactos políticos ocorridos entre as principais classes sociais dos países capitalistas centrais.

Visto sob o ângulo do bloco capitalista, o grande "compromisso fordista" e a configuração mundial que se erigiu sob a hegemonia americana começaram a mostrar sinais de esgotamento desde o final dos anos 60. A crise exacerbou-se por três razões básicas.

Em primeiro lugar, a incapacidade do antigo paradigma tecnorganizacional em prover aumentos da produtividade do trabalho (e, portanto, da lucratividade do capital) mediante simples melhorias incrementais na antiga base técnica e nas formas de organização do trabalho e gestão da produção⁷.

5- HARVEY, David. op cit; LIPIETZ, Alain. Audácia: Uma Alternativa Para o Século XXI. São Paulo, Nobel, 1991 e MATTOSO, Jorge E. A Desordem do Trabalho. São Paulo, Ed Página Aberta Ltda, 1995

6- KURZ, Robert. O Colapso da Modernização. Rio de Janeiro. Ed Paz e Terra, 1992.

7- A este respeito ver Michel Aglietta-Regulación e Crisis del Capitalismo. La Experiencia de los Estados Unidos. Siglo Veintiuno 1986 (3ª ed). Neste livro Aglietta mostra que nos EUA, entre 1947 e 1966, a produtividade do trabalho na indústria manufatureira e na indústria em geral cresceram a taxas médias de 3,1% e 3,6% ao ano, respectivamente. Já entre 1966 e 1974 estas taxas médias anuais de crescimento declinaram para 1,6% na indústria manufatureira e 1,7% para a indústria em geral.

Assim, ocorreu um esgotamento do antigo paradigma tecnológico e organizacional baseado na automação rígida de cunho eletromecânico e nos padrões **tayloristas e fordistas** da produção seriada e uniforme.

Em segundo lugar, nos anos 60, começam a ocorrer sérios conflitos fabris questionando os ritmos impostos, o trabalho alienado e mesmo as bases civilizatórias da sociedade de consumo de massas. Tais embates traziam o risco do questionamento do poderio das gerências dentro das fábricas, fazendo insuportável para qualquer unidade produtiva capitalista, mesmo as de Primeiro Mundo.

Em terceiro lugar, o desenvolvimento econômico anterior em todo o mundo trouxe o aumento da concorrência internacional afetando principalmente a economia da principal nação capitalista, os EUA. Tal fenômeno, associado com os elevados gastos militares deste país, produziram crescentes déficits tanto na sua balança de pagamentos como nas suas contas públicas. Estes movimentos tiveram forte impacto sobre o dólar, acarretando o fim do padrão de conversibilidade desta moeda com o ouro no começo dos anos 70, e a consolidação de um mercado de capitais de cunho francamente parasitário e especulativo, crescentemente apartado da economia real (produtora de bens e serviços) e das políticas regulatórias no interior das diferentes nações.

No começo dos anos 70, a agudização da crise - cujo choque do petróleo somente ajudou a evidenciar - colocou a imperiosidade de uma revisão sobre as bases do modelo **fordista** e a conseqüente necessidade de organização de um novo projeto de desenvolvimento econômico. A busca por modelos alternativos tinha o objetivo de recuperar os índices da produtividade que se mostravam em declínio no período imediatamente anterior e de ampliar a subordinação

do trabalho ao capital mediante a radicalização da substituição dos homens por máquinas.

Desta forma, os anos 70 caracterizam-se pela busca por parte do capital, hegemonizado pelo bloco financeiro, de alternativas mais agressivas em relação ao mundo do trabalho, à concorrência intercapitalista em geral e à crise do Estado interventor (esta última manifestada através dos sucessivos déficits públicos e pelas crescentes tensões inflacionárias). Neste sentido, foram verificadas diversas tentativas de reestruturação das unidades produtivas. À época, as inovações apontavam para a substituição de homens por máquinas, que já começavam a superar a rigidez dos protótipos tradicionais. Mas por que o simples uso de robôs e máquinas automatizadas não garantiu este sucesso? Ou melhor, por que a 3ª Revolução Industrial por si só não foi suficiente para a obtenção de altos patamares de produtividade?

OS ANOS 70 CARACTERIZAM-SE PELA BUSCA POR PARTE DO CAPITAL, HEGEMONIZADO PELO BLOCO FINANCEIRO, DE ALTERNATIVAS MAIS AGRESSIVAS EM RELAÇÃO AO MUNDO DO TRABALHO, À CONCORRÊNCIA INTERCAPITALISTA EM GERAL E À CRISE DO ESTADO INTERVENTOR.

O que diversas correntes da Engenharia de Produção apontam atualmente é que quanto mais complexa for uma máquina e maior for a radicalidade de sua inovação, maior será a necessidade de uma interação entre estes novos maquinismos e as equipes de trabalho que lidam com eles, seja em seu

estágio de adaptação, seja no curso de suas inovações secundárias. Desta forma, os robôs e máquinas de controle numérico não fazem mais do que trazer um potencial de flexibilidade e produtividade para a empresa. Por si só, a flexibilidade das novas máquinas de base micro-eletrônica não foi capaz de conferir maior eficiência ao aparato produtivo, podendo, pelo contrário, torná-lo mesmo mais rígido.

De fato, durante os anos 70, as tentativas do capital em subordinar o trabalho mediante a simples introdução de máquinas malograram em larga medida. Quem melhor conseguiu superar estes dilemas neste período foram as fábricas japonesas. O segredo do sucesso do modelo **Toyota** residiu na combinação das rupturas com o antigo paradigma tecnológico e com o padrão anterior de organização do trabalho e de gestão da empresa. Tal combinação permitiu que as unidades japonesas galgassem três virtuosidades: a **flexibilidade** propiciada por máquinas versáteis e por formas de organização do trabalho e de gestão menos rígidas; a **integração** propiciada por sistemas flexíveis de manufatura e por formas de gerenciamento da produção que reduziam porosidades no trabalho, taxas de refugos e diminuição de estoques e; o **enxugamento** das unidades produtivas garantido por relações mais integradas entre as diversas firmas ao longo da cadeia produtiva possibilitando às empresas, além de uma menor verticalização e volume de estoques, uma dedicação mais intensiva às suas atividades fins.

Talvez a principal lição deixada pelo modelo flexível japonês ao resto do mundo seja o fato de considerar a subjetividade dos coletivos operários como o território mais importante a ser conquistado dentro de uma empresa. Uma fábrica com alto grau de flexibilidade requer a superação de uma substancial dificuldade em termos de

controle gerencial dos trabalhadores. Como estes passam a ter mais responsabilidades sobre o processo de trabalho - por exemplo, o controle da qualidade, a manutenção das máquinas - e sobre o processo da própria introdução das inovações, é preciso converter o sentimento de coletividade sempre presente na história da classe trabalhadora (qualquer que seja sua formação histórica, por mais que se limitasse ao simples corporativismo) em um sentimento de colaboração com os objetivos empresariais

***TALVEZ A PRINCIPAL LIÇÃO
DEIXADA PELO MODELO
FLEXÍVEL JAPONÊS AO RESTO
DO MUNDO SEJA O FATO DE
CONSIDERAR A SUBJETIVIDADE
DOS COLETIVOS OPERÁRIOS
COMO O TERRITÓRIO MAIS
IMPORTANTE A SER
CONQUISTADO DENTRO
DE UMA EMPRESA.***

A outra fonte de flexibilidade do modelo japonês reside no mercado de trabalho. Existe um dualismo de corte funcional no modelo flexível. Nas empresas mais importantes, vale o emprego vitalício e a flexibilidade se limita ao próprio processo produtivo, ou seja as funções de cada operador não são definidas rigidamente. No outro extremo, encontram-se os trabalhadores das empresas periféricas, fornecedores de terceiro e quarto escalão das empresas principais. Nestes casos, o que vale é o emprego precário, alta rotatividade, condições inadequadas de trabalho e o nível de sindicalização é muito baixo.

O que possibilitou o sucesso do modelo flexível japonês foi, portanto, a inexistência de uma cultura sindical (mesmo que isto

não tenha sido obtido naturalmente), a dupla flexibilidade do fator trabalho (de uso da mão-de-obra dentro da empresa e no mercado de trabalho) e as relações de parceria entre os diversos fornecedores e clientes ao longo da cadeia produtiva. São exatamente estes condicionantes que as classes dominantes ocidentais tentaram incorporar a partir da segunda metade dos anos 80. Acontece que este modelo pode apresentar uma certa dificuldade de implementação em países com longa tradição de negociação sindical, como os países europeus e norte-americanos.

Neste sentido, o novo padrão flexível não só prescinde do "compromisso social", como frisamos anteriormente, mas também impõe limites concretos à capacidade de organização dos trabalhadores, pois é fortemente marcado por relações de trabalho que limitam aquela inserção orgânica que caracterizava o modelo anterior. Para alguns autores como Gilly e Harvey⁸, o quadro futuro aparenta ser muito negativo para os trabalhadores. Diante da forte volatilidade dos mercados, do aumento da competição e das mutações tecno-organizacionais das empresas, os padrões estariam tirando proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes de trabalhos mais flexíveis. Harvey especificamente ressalta que, mais importante do que a flexibilidade dos "empregados regulares", seria a aparente redução destes em detrimento dos trabalhadores em tempo parcial, temporário ou subcontratado. Assim, a flexibilidade significaria solapar, em nome da eficiência e produtividade capitalistas, as normas e direitos dos assalariados conquistados através de lutas históricas e negociações firmadas nos contratos coletivos de trabalho.

***IMPORTANTE RESSALTAR,
TAMBÉM, QUE ALÉM DA
REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA,
O MUNDO DO TRABALHO AINDA
PASSOU A SOFRER, NOS ANOS
80, UM CONJUNTO DE
ATAQUES DERIVADOS DAS
ORIENTAÇÕES POLÍTICAS QUE
PASSARAM A SER
HEGEMÔNICAS DENTRO DOS
MAIS DIFERENTES PAÍSES.***

Importante ressaltar, também, que além da reestruturação produtiva, o mundo do trabalho ainda passou a sofrer, nos anos 80, um conjunto de ataques derivados das orientações políticas que passaram a ser hegemônicas dentro dos mais diferentes países. Trata-se das concepções anti-estatais de cunho **neoliberal** (pós-neoliberal?) e das políticas favoráveis à integração aos circuitos globais da acumulação capitalista, via mercado financeiro e de capitais, que recebeu a denominação de **globalização**. Desta forma, republicanos, democratas, conservadores, social-democratas, peronistas, trabalhistas, enfim, uma ampla gama de segmentos políticos dentro dos diferentes tipos de países, desenvolvidos, subdesenvolvidos e ex-socialistas se irmanaram em um consenso da necessidade do desmonte do Estado de Bem-Estar Social e a sua troca pelo "Estado Mínimo".

A combinação da reestruturação produtiva com os planos de ajuste econômico diminuiu a capacidade de articulação política dos Estados Nacionais, desorganizou o poder de luta dos trabalhadores, acirrou o grau de miserabi-

8- HARVEY, David. op cit; GILLY, Adolfo. Flexilidad, O el Assalto Contra el Trabajo, s/l, Joan Boldó i Clement Ed, 1988.

lidade social, trouxe o recrudescimento das práticas xenófobas, racistas e nazistas ou até mesmo fez com que países inteiros fossem devastados por guerras civis.

**A EXISTÊNCIA DESTES
MOVIMENTOS SOCIAIS
FORÇOU AS PORTAS DA
ABERTURA LENTA E
GRADUAL DA DITADURA E
TROUXE A CONSTRUÇÃO DE
DIVERSOS CANAIS
DEMOCRÁTICOS E DE
DIREITOS SOCIAIS E
TRABALHISTAS ANTES
INEXISTENTES.**

Desta forma, ostentando um “neoliberalismo fracassado, mas sempre triunfalista”⁹ talvez o capitalismo nunca tenha estado tão organizado quanto atualmente, com uma incrível capacidade de se adaptar e de responder rapidamente a novas demandas colocadas. Afinal, o lucro continua a reproduzir-se ampliadamente e aumentaram a concorrência e a produtividade. O darwinismo social foi elevado nos nossos dias, à condição de ciência e de utopia. Assistimos cada vez mais à ética da solidariedade dando lugar a uma ética da competência trazendo no horizonte as carregadas nuvens da exclusão das maiorias.

**CIDADANIA E
TRABALHO NO BRASIL:
o eterno paradoxo.**

Quando tentamos traduzir para nossa realidade o chamado padrão de acumulação **fordista**, sentimos um certo incômodo. Afinal de contas, no Brasil, nunca existiu um Estado de Bem-Estar Social. Ainda que a ditadura militar, instalada a partir dos anos 60, tenha promo-

vido algumas políticas públicas e instituições visando tornar mais eficiente as formas de reprodução da força de trabalho, estas políticas jamais conseguiram se universalizar e muito menos garantir um processo de distribuição de renda no país. Deste modo, o modelo de intervenção do Estado na economia brasileira guarda profundas diferenças com o ocorrido nos países capitalistas centrais.

Dois fatores são fundamentais para compreendermos a inexistência de um Estado de Bem-Estar Social no Brasil. Em primeiro lugar, as opções estratégicas adotadas pelas classes dominantes locais que preferiram manter-se atreladas aos países capitalistas desenvolvidos dentro de um modelo de desenvolvimento subordinado e periférico. Tal modelo levou o Brasil a ser um país largamente industrializado e urbanizado, mas dominado por grandes corporações transnacionais agindo de forma independente ou associadas a grupos nacionais privados e estatais.

Um segundo fator explicativo da inexistência de um Estado de Bem-Estar Social no Brasil foi a repressão política sofrida pelos sindicatos e pelo conjunto da sociedade civil brasileira. Ora, como vimos, o **welfare state** no Primeiro Mundo havia se baseado na pactuação das diversas burguesias nacionais com os representantes dos trabalhadores. Foi exatamente o contrário o que ocorreu no Brasil. O Golpe de 1964 alijou a sociedade do processo decisório das estratégias de desenvolvimento econômico e social e da distribuição dos frutos do crescimento interno.

Desta forma, a ditadura fez com que o baixo custo da força de trabalho fosse uma das vantagens comparativas básicas do Brasil no sentido da atração de investimentos externos e internos. Lipietz classificou este padrão de uso da força de trabalho no Brasil de **taylorismo primitivo**, ou seja, um

perfil que combinava a busca da racionalização dos processos de trabalho com baixos salários e péssimas condições laborais¹⁰.

O modelo de desenvolvimento brasileiro dos anos 60 e 70 guardou apenas uma semelhança formal com o que ocorreu nos países desenvolvidos. No Brasil, a presença do Estado na economia e na sociedade tão somente viabilizou o “Modelo de Substituição de Importações”. Fora este aspecto, o que vigorou no Brasil foi um regime profundamente excludente, concentrador de riquezas e de terras e atrelado aos grandes centros de decisões internacionais, não tendo promovido reformas sociais distributivas e muito menos mudanças políticas democratizantes.

O capital privado operante no Brasil foi obrigado a rever suas estratégias nos anos 80. A redução da capacidade de articulação de políticas públicas e industriais por parte do Estado teve efeitos muito sérios para todas as empresas. De um lado, devido à redução das demandas do Estado, grande comprador e parceiro do setor privado. De outro, em função da crise e do conseqüente encolhimento do mercado interno. Isto trouxe a exigência das firmas nacionais escoarem parte da produção doméstica no mercado externo¹¹.

Outro aspecto que teve de ser enfrentado pelas gerências das

9- Esta frase foi utilizada por Milton Athayde em sua Tese de Doutorado “Gestão de Coletivos de Trabalho e Modernidade - Questões Para a Engenharia de Produção”. Rio de Janeiro, COPPE-UFRJ, 1996.

10- LIPIETZ, Alain. op. cit.

11- Luciano Coutinho e João Ferraz, em pesquisa sobre a competitividade da economia brasileira, apontaram que 71,9% das empresas que se reestruturaram o fizeram por conta do encolhimento do mercado interno, 49,6% por causa da maior exigência dos consumidores e 26% por causa da globalização dos mercados.

**ASSIM COMO AS GERÊNCIAS
AMERICANAS E EUROPEIAS, A
BRASILEIRA ACREDITOU QUE O
SUCESSO JAPONÊS ESTAVA
ANCORADO NO AMPLO USO DE
ROBÔS E EQUIPAMENTOS
MICRO-ELETRÔNICOS E EM
ALGUMAS MUDANÇAS
ORGANIZACIONAIS
PERIFÉRICAS COMO OS
CÍRCULOS DE CONTROLE DE
QUALIDADE (CCQ).**

empresas a partir da década de 80 foi o fortalecimento do ator sindical. Em 1978, eclodiram as primeiras greves no ABC paulista, trazendo em seu esteio diversas mobilizações, a reaglutinação do conjunto dos movimentos sociais brasileiros, a fundação do Partido dos Trabalhadores em 1980 e da Central Única dos Trabalhadores em 1983. A própria existência destes movimentos sociais forçou as portas da abertura lenta e gradual da ditadura e trouxe a construção de diversos canais democráticos e de direitos sociais e trabalhistas antes inexistentes.

O movimento sindical brasileiro, ao contrário do que ocorreu no Primeiro Mundo e em quase toda a América Latina, se fortaleceu bastante nos anos 80. A CUT conseguiu viabilizar seu projeto e hoje é a central sindical brasileira mais influente, agrupando, em junho de 1993 (data de seu V Encontro Nacional), 1.917 entidades filiadas. Mesmo o setor conservador do sindicalismo teve de modernizar suas práticas para conseguir combater o avanço da CUT, passando a promover greves e algumas mobilizações por aumentos salariais. A principal representante desta orientação neo-pelega é a Força Sindical com 1.147 sindicatos filiados¹².

Desta forma, ao contrário do que ocorrera no início dos anos 70, as empresas brasileiras não poderiam mais operar em condições de um mercado interno protegido, com demanda sempre crescente e garantida e com uma mão-de-obra passiva.

Tal como aconteceu nos países centrais, não tardou para que as gerências brasileiras buscassem o caminho da reestruturação industrial. Como não poderia deixar de ser para um país periférico, as novidades neste terreno tiveram que ser buscadas no exterior junto aos centros de excelência dos países desenvolvidos. Assim como as gerências americanas e europeias, a brasileira acreditou que o sucesso japonês estava ancorado no amplo uso de robôs e equipamentos micro-eletrônicos e em algumas mudanças organizacionais periféricas como os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ)¹³.

No início dos anos 80, o primeiro impulso das gerências brasileiras foi no sentido de adotar os CCQs, vistos como um elemento-chave do sucesso do modelo japonês. Contudo, tamanha euforia não seria suficiente para produzir os resultados esperados. Como diria Helena Hirata, os CCQs tiveram problemas para superar os parado-

**O MOVIMENTO SINDICAL
BRASILEIRO, AO CONTRÁRIO
DO QUE OCORREU NO
PRIMEIRO MUNDO E EM
QUASE TODA A AMÉRICA
LATINA, SE FORTALECEU
BASTANTE NOS ANOS 80.**

xos entre uma receita japonesa (marcada pelo emprego vitalício, pela dedicação do operário à firma que o emprega, etc) e uma realidade brasileira (marcada pela alta rotatividade e pelo conflito nas relações de trabalho)¹⁴

O sucesso do modelo japonês também aparecia aos olhos do empresariado brasileiro como fruto das inovações tecnológicas. Assim, no começo dos anos 80, a disposição patronal em enfrentar a recessão econômica também passou pelos investimentos em máquinas e equipamentos micro-eletrônicos. Se em 1979, havia 94 máquinas de controle numérico no Brasil, em 1985, este número superou 400, sendo que, entre 1983 e 1984, o aumento relativo do uso deste maquinário subiu 70%¹⁵. Este esforço inovador manteria seu ímpeto com o abrandamento da recessão em 1984 e com o melhor delineamento das estratégias empresariais de disputa do mercado internacional, o que exigia um esforço rumo à melhoria da qualidade do produto e da redução do custo de produção.

A reestruturação industrial, com o uso exclusivo das inovações tecnológicas, contudo, não tardaria a apresentar problemas. Como vimos, o uso de máquinas flexíveis só torna efetivamente flexível o sistema produtivo quando acompanhado de mudanças nas formas de organização do trabalho e de gestão da empresa. Este aspecto

12- Estes dados foram coletados no artigo de COMIN, Álvaro Augusto - A Experiência de Organização das Centrais Sindicais no Brasil. Este trabalho encontra-se na coletânea organizada por OLIVEIRA, Carlos, MATTOSO, Jorge, SIQUEIRA NETO, José e OLIVEIRA, Marco A.- O Mundo do Trabalho: crise e mudança no final de século. São Paulo MTb-PNUD/CESIT-UNICAMP/Scritta, 1994.

13- Marcia Leite e Nadya Castro- A Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil, In BIB, n° 37, 1° sem. 94.

14- Helena Hirata- Receita Japonesa, Realidade Brasileira. Este texto foi publicado nos Novos Estudos CEBRAP, vol. 2, n° 2, jul 1983.

15- A este respeito ver Ruy de Quadros Carvalho- Tecnologia e Trabalho Industrial. Porto Alegre, L&PM, 1987.

tornava-se ainda mais crucial pela dificuldade de operacionalização de tecnologias que, à época, eram praticamente desconhecidas de geren-

***O TAYLORISMO PRIMITIVO
BRASILEIRO, MAIS DO QUE O
TAYLORISMO VIGENTE NOS
PAÍSES CENTRAIS, TEVE
DIFICULDADES DE SE
READAPTAR A UMA
NOVA POSTURA NAS
RELAÇÕES DE TRABALHO.***

tes e operários no Brasil, exigindo, portanto, uma maior integração das equipes de trabalho. Ora, o Brasil, com suas formas culturais e políticas autoritárias tenderia mesmo a gerar relações de trabalho globalmente rígidas, dentro e fora das fábricas. Assim, o **taylorismo primitivo** brasileiro, mais do que o **taylorismo** vigente nos países centrais, teve dificuldades de se readaptar a uma nova postura nas relações de trabalho.

No caso brasileiro, este aspecto era somado de outro problema igualmente originado pela realidade local: o baixo custo da mão-de-obra (mesmo após a incidência das mobilizações trabalhistas). Este aspecto tornava muito oneroso o custo de oportunidade de implantação de um sistema produtivo mais sofisticado em uma planta industrial, tolhendo seu uso.

Todos estes fatores fizeram com que o processo de automação industrial no Brasil fosse diferenciado entre as empresas e incidisse de modo seletivo e pontual, agrupando-se em alguns setores industriais mais dinâmicos e em alguns pontos estratégicos ou problemáticos da linha de montagem ou do processo produtivo¹⁶.

Do final dos anos 80 em diante, as gerências brasileiras passaram a concentrar seus esforços nas

inovações de ordem organizacional, como a terceirização e a implantação dos Programas de Qualidade Total. Se, por um lado, tais mudanças envolvem um custo bem menor que a engenharia de incorporação de um maquinário sofisticado, por outro, os custos subjetivos de sua implantação tendem a ser significativos para empresas acostumadas com uma cultura verticalizada e departamentalizada.

Este conjunto de alterações organizacionais, de todo modo, busca uma empresa mais enxuta, integrada e flexível, tal como prescreve o modelo japonês. Neste sentido, também chama a atenção o caráter anti-sindical destas propostas. Todas elas partem do princípio do envolvimento dos trabalhadores, da conquista de sua subjetividade a favor dos objetivos empresariais e da fragmentação do mundo do trabalho em uma série de empresas descentralizadas.

Cabe ressaltar que a reestruturação brasileira teve um caráter

***A REESTRUTURAÇÃO
BRASILEIRA TEVE UM
CARÁTER MUITO DEFENSIVO,
SEMPRE À REBOQUE DE
NOVIDADES TECNO-
ORGANIZACIONAIS QUE JÁ
ESTAVAM EM IMPLEMENTAÇÃO
HÁ MUITOS ANOS NOS PAÍSES
DESENVOLVIDOS.***

muito defensivo, sempre à reboque de novidades tecno-organizacionais que já estavam em implementação há muitos anos nos países desenvolvidos. Logo, não surpreende que em diversas situações, as empresas brasileiras adotassem um processo de mudanças marcado pelo imediatismo, como corte de custos, redução de pessoal etc, sem criar alterações qualita-

tivas na gestão da mão-de-obra ou a geração de relações inter-industriais mais integradas.

***DA MESMA FORMA QUE
SEUS COMPANHEIROS NO
PRIMEIRO MUNDO, A CLASSE
TRABALHADORA E O CONJUNTO
DA SOCIEDADE BRASILEIRA
PADECEM DA COMBINAÇÃO
DOS PROBLEMAS GERADOS
PELA REESTRUTURAÇÃO
PRODUTIVA COM A
ORIENTAÇÃO CONSERVADORA
DAS POLÍTICAS
GOVERNAMENTAIS.***

Sem embargo, o principal efeito da reestruturação para o conjunto dos trabalhadores brasileiros, é o desemprego estrutural causado pela brusca redução de determinados ofícios como ferramenteiros, soldadores, etc e a fragmentação do mundo do trabalho em múltiplas formas de emprego, formas de contratação e perfis ocupacionais. Esta fragmentação, que também traz no seu bojo a tendência à precarização das relações de trabalho, já vem colocando problemas graves para a organização sindical no Brasil.

Da mesma forma que seus companheiros no Primeiro Mundo, a classe trabalhadora e o conjunto da sociedade brasileira padecem da combinação dos problemas gerados pela reestruturação produtiva com a orientação conservadora das políticas governamentais. Assim, tanto as estratégias neoliberais de redução do Esta-

16- A este respeito ver, José Roberto Ferro- Para Sair da Estagnação e Diminuir o Atraso da Indústria Automobilística Brasileira. Rio de Janeiro, BNDES, 1991.

do e de encolhimento dos gastos sociais, como as medidas de desregulamentação do comércio exterior e da entrada de capitais externos vêm produzindo efeitos sociais os mais drásticos para a maioria da população brasileira, como a elevação dos índices de desemprego, da precarização do trabalho, além de fenômenos societários tão ou mais graves, por exemplo, a elevação da violência urbana.

Tais orientações também têm aprofundado o grau de subordinação do Brasil ao capital transnacional, cujo maior reflexo é a venda da Metal-Leve, no início deste ano, para uma **holding** transnacional e a virtual e absurda alienação do patrimônio público com a privatização da Companhia Vale do Rio Doce e das empresas estatais vinculadas aos setores de infra-estrutura (transportes, telecomunicações e energia).

Portanto, a combinação da reestruturação produtiva com as po-

**PODEMOS PERCEBER QUE O
SENTIDO DADO PELAS ELITES
NO BRASIL A NOÇÃO DE
MODERNIDADE NÃO
CONSEGUE IR ALÉM DE
“SIMPLES” MELHORIAS NO
APARATO PRODUTIVO.**

no Brasil, atualmente tal incompatibilidade tende a atingir níveis muito mais preocupantes.

Assim, podemos perceber que o sentido dado pelas elites no Brasil à noção de modernidade não consegue ir além de “simples” melhorias no aparato produtivo. Por outro lado, se no Primeiro Mundo está se tentando desmontar um sistema que ampliou direitos e distribuiu a renda, no Brasil busca-se tão somente ampliar, ainda mais, a opressão tradicionalmente existente contra a maioria da população.

**TRABALHO E SÉCULO XXI:
adeus ou olá?**

Tendo em conta tudo o que foi debatido ao longo deste artigo, verificamos que o novo padrão de acumulação flexível trouxe uma série de incertezas para o futuro do mundo do trabalho. Entretanto, consideramos que estas ameaças não são sinônimo de uma inexorável derrota dos movimentos trabalhistas no futuro. Pelo contrário, consideramos que os impactos das atuais inovações produtivas dependerão da possibilidade, da forma e do tempo necessário para que a base da sociedade recupere os seus valores utópicos de longo prazo.

Fundamentamos nossa posição na própria evolução do padrão **fordista** de acumulação. Quando as técnicas **tayloristas** e **fordistas** foram lançadas, estas possuíam um forte conteúdo anti-sindical. Ainda que tais paradigmas tivessem buscado a sua legitimação apon-

do de massas, mesmo assim, tal difusão não se deu como dádiva do capital. Foram as diversas lutas e conflitos produzidos pelo movimento organizado dos trabalhadores que possibilitaram que a elevação da produtividade fosse apropriada pelo conjunto da sociedade. Ou seja, se por um lado, as tecnologias não são neutras, agindo em benefício do processo de acumulação capitalista, por outro, estas mesmas inovações são apenas um dos elementos objetivos do desenrolar da própria luta de classes. Como tal, as novas tecnologias apontam as condições nas quais irá se processar esta luta e não a sua supressão. Em suma, as novas tecnologias e formas de organização da produção não suprimem o conflito dentro dos espaços de trabalho e, muito menos, no interior das sociedades capitalistas.

Em nossa análise, o maior impasse na atual situação do mundo do trabalho é menos sua redução numérica e mais a crise de seu projeto histórico. Não se trata de negar o encolhimento relativo do número de operários fabris decorrentes das inovações poupadoras de mão-de-obra ou das políticas neoliberais, mas sim de apontar que os movimentos de retração do mercado de trabalho e do desemprego estrutural em massa são velhos fenômenos do capitalismo, que não nos deixem mentir o conceito de exército industrial de reserva lançado por Karl Marx em meados do século XIX e de desemprego não voluntário, elabora-

**AS NOVAS TECNOLOGIAS E
FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA
PRODUÇÃO NÃO SUPRIMEM O
CONFLITO DENTRO DOS
ESPAÇOS DE TRABALHO E,
MUITO MENOS, NO INTERIOR
DAS SOCIEDADES
CAPITALISTAS.**

**SE A CIDADANIA
HISTORICAMENTE NUNCA
RIMOU COM O MUNDO DO
TRABALHO NO BRASIL,
ATUALMENTE TAL
INCOMPATIBILIDADE TENDE A
ATINGIR NÍVEIS MUITO MAIS
PREOCUPANTES.**

líticas neoliberais e com a globalização acirrou o problema do desemprego e do emprego precário no Brasil nos anos 90. Contudo, ao contrário do Primeiro Mundo onde vingou um **welfare state** que atualmente serve de colchão contra os efeitos perversos da reestruturação naqueles países, os trabalhadores brasileiros, vitimados pelo processo de reestruturação, contam com um sistema de garantias sociais muito débil. Deste modo, se a cidadania historicamente nunca rimou com o mundo do trabalho

do por Lord Keynes nos anos 30.

Por outra via, do mesmo modo como o capital se reproduz de forma específica ao longo de seus longos ciclos, o mesmo tende a ocorrer com o perfil da classe trabalhadora. Os processos de fragmentação atualmente verificados dentro desta classe correspondem às novas formas de acumulação do capital. Assim, o mundo do trabalho, hoje, ganhou um perfil muito mais heterogêneo, combinando uma ampla gama de situações profissionais e tipos de trabalhos de acordo com os níveis de qualificação, capacidade de mobilização, tipos de empresas etc. Contudo, mesmo no aspecto da fragmentação, ainda seria possível encontrar saídas, como, por exemplo, mediante uma ação mais eficiente das Centrais Sindicais que, de um modo ou de outro, representam este conjunto de setores.

Atualmente vem ocorrendo um fenômeno no mundo do trabalho, este sim, completamente inédito nos duzentos anos de sistema capitalista. Pela primeira vez em sua história, o espectro das utopias igualitárias se encontra profundamente desacreditado. A queda do socialismo real, combinado com a falência do **welfare state** e a cooperação de alguns movimentos contra-culturais expressivos produziram uma situação única de descrédito dos movimentos sociais junto aos trabalhadores e ao conjunto da sociedade. Tal fato abriu ainda mais espaço para que o patronato não somente disputasse a subjetividade da classe operária, mas tam-

bém impusesse sua excludente visão de mundo como a única possível em termos do desenvolvimento econômico e social para toda a humanidade.

Deste modo, voltando à questão das inovações produtivas, verificamos que estas podem ou não trazer desemprego, dependendo da correlação de forças na sociedade. Caso houvesse redução da jornada de trabalho, as máquinas não trari-

*A REDUÇÃO DOS DIREITOS
SOCIAIS EM TODO O MUNDO
COMBINADA COM AS
INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS DA
ATUALIDADE, PODE LEVAR A
HUMANIDADE PARA UMA NOVA
ERA DAS TREVAS, MARCADA
PELA GROTESCA SEPARAÇÃO
ENTRE OS QUE VIVEM AS
DELÍCIAS DA REALIDADE
VIRTUAL E OS QUE VIVEM A
DURA REALIDADE DO
DESEMPREGO, DAS
DOENÇAS E DA FOME.*

am tanto desemprego. Caso houvesse o retardamento do ingresso dos jovens no mercado de trabalho, as tecnologias não trariam tanto desemprego. Se os prazos de aposentadoria fossem antecipados, *idem*. Outras propostas poderiam ser (e vêm sendo) elencadas. Nenhuma destas é, hoje, tecnicamente inviável. O que as torna inviável

é a correlação de forças na sociedade absolutamente desfavorável para os segmentos populares.

Muito tem-se discutido sobre a relação entre a reestruturação, o desemprego e o emprego precário. Todavia, pouco tem-se debatido acerca da relação entre reestruturação e democracia. As atuais mutações do aparato produtivo e do sentido das políticas macro-econômicas não produzem efeitos somente para os operários. A redução dos direitos sociais em todo o mundo combinada com as inovações tecnológicas da atualidade, pode levar a humanidade para uma nova era das trevas, marcada pela grotesca separação entre os que vivem as delícias da realidade virtual e os que vivem a dura realidade do desemprego, das doenças e da fome.

A classe trabalhadora no século XXI, independente do novo rosto e do tamanho que vier a ter, continuará a manter uma importância crucial em termos do curso deste debate, dado que será sobre seus ombros que se erguerá este novo modelo de acumulação. A grande dificuldade será encontrar os elementos norteadores de um novo horizonte histórico, que recupere a generosidade do ideário socialista e o combine de forma orgânica com as concepções geradas nos outros espaços de luta. Como, por exemplo, a concepção democrática de base dos movimentos sociais urbanos, as concepções solidárias dos movimentos feminista, negro e da juventude e as idéias ecológicas dos movimentos ambientalistas. □



CELSO FURTADO E O REPENSAR DA DEPENDÊNCIA

Pedro Claudio Cunha Bocayuva

No final da década de 80 e início dos 90, o Brasil viu-se diante de um bloqueio do seu processo de desenvolvimento. A crise do modelo de industrialização substitutiva diante dos condicionamentos do novo cenário internacional - marcado pela globalização financeira e a Terceira Revolução Industrial - passou a afetar as posições adquiridas pelo país na divisão internacional do trabalho (DIT). Esta crise não se restringiu somente ao Brasil. Parte das semi-periféricas industrializadas encontrou-se diante de um conjunto de constrangimentos e vulnerabilidades que, interpenetrados pelos conflitos e relações distributivas próprias das instituições nacionais, se traduziu no movimento tendencial rumo à hiperinflação. O fracasso dos planos econômicos ortodoxos e heterodoxos revelou a amplitude estrutural da crise na inviabilização do conjunto das formas de financiamento da economia. A crise do padrão de financiamento apareceu no centro do debate sobre a nossa trajetória de industrialização substitutiva. As controvérsias sobre a era Geisel, com o II Plano Nacional de Desenvolvimento, os desequilíbrios gerados pela crise da dívida e os problemas de uma economia transnacionalizada (com taxas de câmbio e juros flutuantes) fazem parte dessa reabertura do debate sobre os resultados da industrialização dependente.

O FRACASSO DOS PLANOS ECONÔMICOS ORTODOXOS E HETERODOXOS REVELOU A AMPLITUDE ESTRUTURAL DA CRISE.

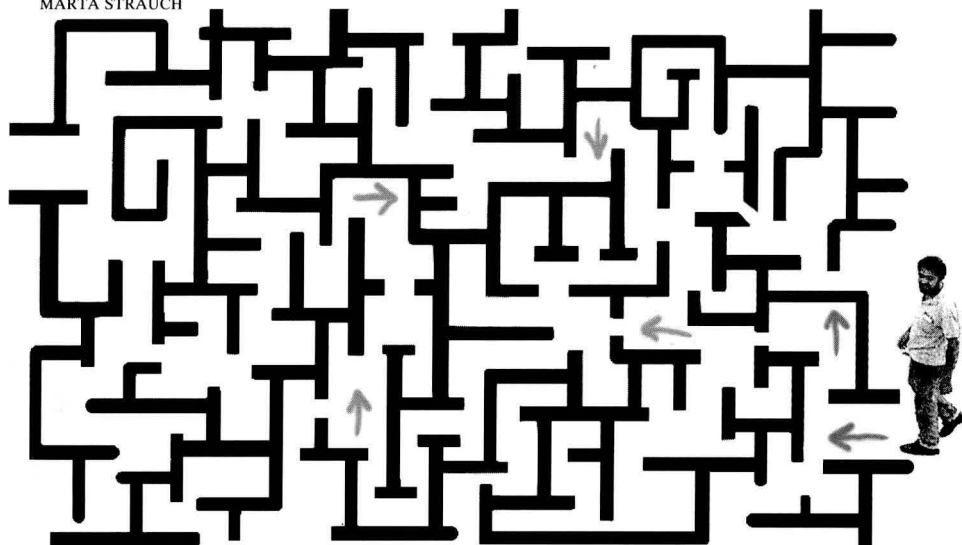
A partir deste quadro, repensar a dependência tornou-se cada vez mais relevante. A especificidade do desenvolvimento dependente e suas possibilidades não parecem ter sido suficientemente ultrapassadas pela teoria da dependência, que deve ser encarada como uma continuidade e não como uma ruptura com a formação histórica da teoria do subdesenvolvimento. O marco teórico inaugural da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina/ONU) veio sendo atualizado por Celso Furtado que, ao longo de sua obra, recolocou o poder explicativo de uma teoria do desenvolvimento que adota a ótica das formações

sociais periféricas e de sua inserção na economia internacional.

As limitações para a resolução da crise brasileira apontam para uma inadequação do padrão de desenvolvimento diante das condições da economia mundial em mutação. Inicialmente, o debate teórico sobre o novo quadro não levou em conta a crise do regime de acumulação e das formas de regulação, em seu liame estruturador, para a continuidade do processo de desenvolvimento. O predomínio do tema do sistema financeiro e das saídas ligadas ao alinhamento de preços e aos mecanismos de indexação deixou de lado o fato de que a crise brasileira remetia ao debate sobre a questão do desenvolvimento associado e dependente. Mais ainda, remetia aos mecanis-

PEDRO CLÁUDIO CUNCA BOCAYUVA -
Diretor da Área de Trabalho e Renda da
FASE Nacional.

MARTA STRAUCH

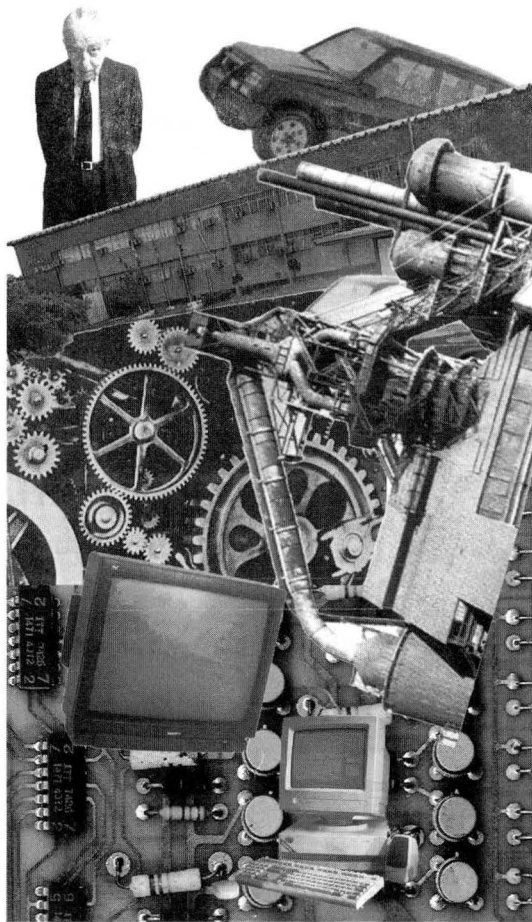


mos que soldaram o bloco histórico que dirigiu a industrialização brasileira mediado pela ação do Estado.

Alguns trabalhos, entretanto, começaram a deslocar a ênfase do debate nesta direção. Nessa última perspectiva destaca-se o trabalho de Lúcia Goldenstein para quem “um padrão de financiamento não pode ser dissociado das características específicas com que se desenvolve e consolida um determinado padrão industrial no país, o qual é definido por um paradigma tecnológico que, por sua vez, traz embutidas relações de trabalho e determinados requisitos de acumulação de capital que vão além do problema quantitativo”.¹

O elo entre padrão industrial e requisitos financeiros ocorreu através de uma aliança de classes que forjou uma dada cultura empresarial com forte traço cartorial-oligárquico e com uma renovação permanente da chamada “socialização das perdas”. Neste processo, o Estado apareceu como captador e mediador das relações de inserção internacional e garantidor, em primeira e última instância, do padrão de desenvolvimento. O investimento direto internacional e a operação das empresas transnacionais tinham sido uma marca da modernização industrial associada desde a era J.K. Esse processo foi prolongado pelo endividamento orientado pelo Estado, através de suas empresas e agências, para garantir a conclusão da segunda etapa da industrialização substitutiva (bens de capital, petroquímica, energia nuclear e grandes hidrelétricas, telecomunicações, indústria militar, etc).

Num primeiro momento, a debilidade do Estado Nacional, em face à crise dos mecanismos internacionais de financiamento, aparece como questão chave da controvérsia sobre a necessidade de ajuste e reestruturação da economia brasileira. Importa aqui assinalar o retorno da temática da restrição ao desenvolvimento semi-



MARTA STRAUCH

**O ELO ENTRE PADRÃO
INDUSTRIAL E REQUISITOS
FINANCEIROS OCORREU
ATRAVÉS DE UMA ALIANÇA
DE CLASSES QUE FORJOU
UMA DADA CULTURA
EMPRESARIAL COM FORTE
TRAÇO CARTORIAL-
OLIGÁRQUICO E COM UMA
RENOVAÇÃO PERMANENTE DA
CHAMADA “SOCIALIZAÇÃO
DAS PERDAS”.**

autônomo da economia brasileira. Há uma razão cínica que move a avaliação dominante das responsabilidades do Estado na geração e alimentação da crise inflacionária na sua conexão com o endividamento privado que converteu-se em dívida pública. A idéia de que um reordenamento dos custos e

das relações internas e uma abertura da economia nacional, com desregulamentação e privatização da propriedade e dos mercados, possam reconduzir o país a uma inserção virtuosa na economia internacional em mutação, preenchendo a lacuna de capitais e tecnologias, acaba limitando o enfoque estratégico do desenvolvimento.

O sistema financeiro reestruturado, o manejo da política monetária, a reestruturação defensiva das empresas, as reformas neoliberais e a abertura econômica se colocaram como respostas ao debate sobre os rumos do desenvolvimento brasileiro e a sua sustentabilidade.

O debate, que começava ao fim da era Collor, de reavaliação da trajetória de industrialização na sua relação com o fracasso dos planos deixou de se colocar na retomada de uma reflexão consistente sobre as metamorfoses do nosso desenvolvimento. O debate sobre a dependência foi rapidamente posto de lado uma vez que o diagnóstico nos colocava diante da via única de ajustamento nos moldes do México e da Argentina. Esse processo, não obstante as vulnerabilidades evidentes da política de ajustamento após a crise mexicana, fortalece-se em face ao temor da hiperinflação. Temos assim um esquecimento funcional para confirmar as debilidades congênitas do nosso desenvolvimento capitalista periférico.

1- GOLDENSTEIN, Lúcia. *Repensando a Dependência*. São Paulo, Paz e Terra, 1994.

Qualquer discurso de autonomia relativa do sistema industrial fica desautorizado. A economia brasileira por mais débil e defasada que esteja em face ao quadro de mutações internacionais, perde a oportunidade de questionar a via dominante de ajuste por não levar em consideração o diagnóstico sobre a dependência. Perdemos, assim, parte das possibilidades que

***A DEBILIDADE DO ESTADO
NACIONAL APARECE COMO
QUESTÃO CHAVE DA
CONTROVÉRSIA SOBRE A
NECESSIDADE DE AJUSTE E
REESTRUTURAÇÃO DA
ECONOMIA BRASILEIRA.***

derivariam de um diagnóstico que revelasse a complexidade dos resultados do desenvolvimento anterior. Deixamos de levar em consideração o grau de redefinição e coordenação endógena possível no novo quadro internacional, o que poderia nos permitir formular políticas ativas de desenvolvimento sustentável.

O resultado da política atual demonstra o custo exagerado da desindustrialização e, mais recentemente, o pragmatismo tardio de um protecionismo envergonhado e restrito (medidas de incentivo à exportação e taxas protetoras para setores afetados - capitaneadas pelo Ministro Francisco Dornelles). Fica evidente a ambivalência presente na relação entre indústria e comércio exterior produzida pelos efeitos nefastos nas contas nacionais da abertura indiscriminada.

Permanecem os mecanismos compensatórios e da redistribuição de estímulos realizada pelo alto, intra-bloco no poder. As proteções do Estado e da autoridade monetária continuam ativas. Isto pode ser evidenciado na rolagem da dívida agrária e no apoio à reestruturação dos bancos/sistema fi-

nanceiro (Banco Econômico, Banco Nacional, Banespa, etc.).

Na base do tecido econômico e social, a precarização das relações de trabalho e as relações contratuais de terceirização se traduzem em força desregulamentadora. Fazem da reestruturação defensiva das empresas e do mercado de trabalho um salto para a flexibilidade, um pulo para trás. O desemprego aberto em São Paulo de mais de 15% e a taxa nacional de quase 6% se entrelaçam com uma terciarização onde os empregos industriais perdidos não são compensados nem quantitativa nem qualitativamente pelos novos postos abertos no terciário.

O salto para diante na exposição indiscriminada aos parâmetros da competição internacional deixa de lado o desenvolvimento de uma competitividade sistêmica de novo tipo. As mudanças com vistas a reorganização do modo e do regime de acumulação se sujeitam ao curto prazo dos ciclos especulativos do capital e ao processo de privatização, ou ainda à dinâmica dos setores exportadores e dotados de vantagens comparativas estáticas. As demandas desarticuladas do social aparecem sob a forma de conflitos sociais onde a ordem e a segurança prevalecem sobre o tema do bem-estar social. O cenário neodarwinista, tão adequado ao sentido da desigualdade necessária e estimulante do ideal liberal em matéria econômica, vira antropologia das elites esclerocidas, onde lacerdismo, janismo

***FICA EVIDENTE A
AMBIVALÊNCIA PRESENTE NA
RELAÇÃO ENTRE INDÚSTRIA E
COMÉRCIO EXTERIOR
PRODUZIDA PELOS EFEITOS
NEFASTOS NAS CONTAS
NACIONAIS DA ABERTURA
INDISCRIMINADA.***

e malufismo aparecem como retomadas conservadoras no plano da cultura política e administrativa.

Manter o bloco no poder, dando-lhe uma sobrevida com a tintura da pós-modernidade, pode significar uma anestesia de parte da consciência sociológica. A recomendação expressa do Presidente Fernando Henrique Cardoso para esquecermos sua obra faz parte dos procedimentos ideológicos que afastam o tema da dependência das interpretações dos processos em curso. Mas esse embate certamente não parece representar nenhuma perda do fio condutor da batalha ideológica perpetrada pelo epígono de Hayek, Roberto Campos.

***O SALTO PARA DIANTE NA
EXPOSIÇÃO INDISCRIMINADA
AOS PARÂMETROS DA
COMPETIÇÃO INTERNACIONAL
DEIXA DE LADO O
DESENVOLVIMENTO DE UMA
COMPETITIVIDADE SISTÊMICA
DE NOVO TIPO.***

Descartar apressadamente o tema das possibilidades de graduarmos nossas relações de inserção internacional, deixando de lado o caráter contraditório dos resultados alcançados pelo desenvolvimento nas condições de dependência, significa ficarmos restritos a uma única via, rumo a uma adaptação perversa. Rumo a uma ideologização da globalização que aparece sob formato determinista e não como resultado de processos e tendências contraditórios. Retornar ao velho paradigma de industrialização substitutiva já há muito deixou de ter sentido. Entretanto, é verdade que as relações centro-periferia e as questões do dualismo atravessam nossas sociedades de maneira muito mais complexa do que pensávamos. A contribuição de

Celso Furtado tem grande vitalidade teórica porque trata da disputa e realização do excedente e do processo de acumulação nas sociedades periféricas, com seus elos tecnológicos, organizacionais, decisoriais, institucionais, agrários e culturais.

Ao contrário do que se pensou, a diferença entre desenvolvimento e modernização apresenta uma atualidade brutal na nossa trajetória histórica e não pode ser compreendida sem um esforço que combine as várias camadas e contradições da formação histórica da economia brasileira: na dinâmica de inserção internacional; no desenvolvimento do mercado interno; no bloqueio a reforma agrária e no padrão concentrador de renda e mercados; na relação entre tecnologia e consumo das classes abastadas e na cultura mimética das elites periféricas; na bidirecionalidade do desenvolvimento interno-externo; na desigualdade regional e nas relações entre geopolítica das potências mundiais e estruturação do poder internacional do capital transnacional. Concluindo os elementos que devem ser tomados em consideração, temos a falta dos instrumentos de coordenação pública do desenvolvimento e a ausência de envolvimento das classes populares num projeto nacional.

A teoria do desenvolvimento permanece um marco analítico no interior do qual o processo político, a formação das classes sociais, o específico do sistema nacional de acumulação não podem se desprender de uma constante atualização. A densidade da obra teórica e prática de Celso Furtado aparece como um campo mais vasto para trabalharmos os temas da dependência, do capital financeiro e do caráter tardio-periférico de nosso modo de desenvolvimento.

Para Celso Furtado a teoria do desenvolvimento combina as lutas sociais e históricas que levam os diferentes sistemas de acumula-

**A DIFERENÇA ENTRE
DESENVOLVIMENTO E
MODERNIZAÇÃO APRESENTA
UMA ATUALIDADE
BRUTAL NA NOSSA
TRAJETÓRIA HISTÓRICA.**

ção a se definirem a partir de processos em que o regime produtivo se liga a instituições e relações sociais, e onde a cultura e as relações técnicas afetam de maneira determinante o processo decisório. As relações de força dominantes, o sistema das forças produtivas, as formas de organização empresarial, as mutações tecnológicas, os embates políticos, as lutas de classes, os mecanismos de acumulação, as formas monetárias e financeiras, a capacidade de coordenação, o Estado e o poder no mercado mundial, a territorialidade e o fluxo financeiro, todos esses elementos vêm sendo cotejados em sua obra. Até os proces-

**TEMOS A FALTA DOS
INSTRUMENTOS DE
COORDENAÇÃO PÚBLICA DO
DESENVOLVIMENTO E A
AUSÊNCIA DE ENVOLVIMENTO
DAS CLASSES POPULARES NUM
PROJETO NACIONAL.**

sos mais recentes da emergência de uma possível nova ordem mundial, que nasce da transnacionalização e dos deslocamentos de poder com os mecanismos competitivos entre os novos pólos industriais e blocos regionais, são tomados como referência na construção deste corpo mais amplo de interpretação original das possibilidades de compreendermos os possíveis caminhos para a ultrapassagem das determinações postas de antemão para os promotores de estratégias de desenvolvimento (outra dimensão da controvérsia residiria no debate sobre programação e planejamento colocados pelo homem público).

A regra geral estabelecida na teoria do desenvolvimento indica a especificidade da forma de assimilação do determinante hegemônico no(s) centro(s) e na(s) periferia(s) e nunca impediu a identificação de caminhos alternativos. A emergência de saídas intermediárias e contra-tendências, a sobre-determinação e o caráter político e programado das diferentes saídas nacionais, uma vez construídas enquanto projetos, fazem parte de uma teoria da liberdade mais profícua do que a razão liberal assentada no mercado abstrato. Temos sempre presente em Celso Furtado um incansável esforço de encontrar novas respostas. Mas sem a ilusão de que chegariam ao bom

**Assine
PROPOSTA**
REPRODUZA O CUPOM DA
CAPA INTERNA OU FAÇA SUA
ASSINATURA PELO TELEFONE:
(021) 262-6853

termo com facilidade. Basta ver sua reflexão lúcida sobre as saídas socialistas e as possibilidades abertas no Chile da Unidade Popular ou pela Revolução dos Cravos em Portugal, onde os limites para um caminho alternativo e os custos do desenvolvimento e do processo de acumulação são claramente estabelecidos. Lucidez e vontade política acompanham a construção teórica e a ação prática de Celso Furtado, como fica patente na sua trilogia “*Fantasia organizada*”, “*Fantasia desfeita*” e “*Os ares do mundo*”.

A relação entre valorização do capital e o vetor financeiro na avaliação da crise brasileira deve levar em conta o caráter da organização empresarial e os fatores téc-

**AS LIMITAÇÕES PARA A
RESOLUÇÃO DA CRISE
BRASILEIRA APONTAM PARA
UMA INADEQUAÇÃO DO
PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO
DIANTE DAS CONDIÇÕES
DA ECONOMIA MUNDIAL
EM MUTAÇÃO.**

nicos que se ligam nos mecanismos de produção e consumo. Os marcos estruturais do regime institucional e dos modos de regulação, que caracterizam o financiamento da industrialização e garantem a reprodução das formas de poder, transferem os custos das reestruturações e das crises para os ombros das maiorias. Os resultados desses processos levam ao agravamento das relações e tensões produtoras da desigualdade, restringindo as margens de distribuição de renda e preservando estruturas ineficientes.

Ao contrário de uma impossibilidade ou de um bloqueio para as mudanças, o desenvolvimento sob a forma dependente, expresso na teoria do subdesenvolvimento de Furtado, mostra o caráter res-

trito do processo que sempre procura se renovar sob a forma da modernização autoritária ou perversa. O caráter tardio é mais que reforçado pelo condicionamento entre dinâmica interna e externa.

**LUCIDEZ E VONTADE
POLÍTICA ACOMPANHAM A
CONSTRUÇÃO TEÓRICA
E A AÇÃO PRÁTICA DE
CELSO FURTADO.**

A determinação dos padrões organizacionais e tecnológicos é decisiva; daí que se procure destacar a necessidade de criatividade que deve nascer de um projeto político que vise incorporar as classes populares onde a contradição entre acumulação e bem-estar nunca deve ser escamoteada sob pena de sempre se protelar os ganhos. Assim, como se socializam as perdas, o fenômeno político e a lógica redistributiva fazem parte de uma visão que coloca a política no centro das opções estratégicas que dividem ou unificam forças sociais e indivíduos.

Para além das destruições criativas e das ações predatórias, o movimento de produção do subdesenvolvimento ou do crescimento econômico aparece sempre condicionado pela relação entre forma e conteúdo da apropriação traduzida na matriz tecnológica e organizativa dos processos de produção e reprodução da vida social. É sob esse ângulo que devemos ler a afirmação de Celso Furtado de que: “o subdesenvolvimento é fruto de um desequilíbrio na assimilação das novas tecnologias produzidas pelo capitalismo industrial, o qual favorece as inovações que incidem diretamente sobre o estilo de vida. Essa proclividade à absorção de inovações nos padrões de consumo tem como contrapartida o atraso na absorção das técnicas produtivas mais eficazes. É que os dois métodos de penetração de modernas

técnicas se apoiam no mesmo vetor, que é a acumulação”². Ao contrário dos países capitalistas centrais, onde o paralelismo das forças produtivas e dos padrões de consumo, produzia relações mais homogeneizadoras que se apoiavam nos compromissos keynesianos e social-democratas, no plano político, a desarticulação entre esses planos reproduzia as formas de desigualdade e concentração típicas da estrutura subdesenvolvida.

O alcance analítico dessa construção permite reelaborarmos as rupturas trazidas com a crise do paradigma fordista nos países centrais

**A FORÇA TEÓRICA DA
ANÁLISE HISTÓRICA DO
SUBDESENVOLVIMENTO
É PARTE DE UMA TEORIA
DAS DESIGUALDADES DO
DESENVOLVIMENTO E
DA FORMA HISTÓRICA
DO CAPITALISMO.**

que adotaram estratégias de resolução da crise pela oferta, produzindo novos cenários dualistas onde os efeitos do desemprego tecnológico ganham centralidade ao lado do retrocesso nos padrões de comportamento individual e coletivo.

A força teórica da análise histórica do subdesenvolvimento é parte de uma teoria das desigualdades do desenvolvimento e da forma histórica do capitalismo. Força essa que parece recobrar poder explicativo na lógica descontínua dos cenários e ondas longas derivados do desfecho do ciclo de acumulação norte-americano.³ □

2- FURTADO, Celso. *Brasil a construção interrompida*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

3- FURTADO, Celso. *Transformação e crise na economia mundial*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

Celso Furtado

PROJETO NACIONAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



PROPOSTA - Os governos dos Nics latino-americanos vêm tratando as atuais transformações da economia mundial numa visão de adaptação às exigências do equilíbrio macroeconômico nos termos neoliberais. Existem saídas para formas de inserção internacional que escapem aos determinismos monetário-financeiros do atual ciclo de transnacionalização?

CELSO FURTADO - A globalização não pode ser vista como um imperativo histórico resultante de exigências inescapáveis do avanço tecnológico. Ela traduz decisões políticas tomadas em função de interesses de grupos e países que ocupam posições dominantes na esfera internacional. Durante anos, o governo brasileiro defendeu-se dos supostos imperativos econômicos ditados pela ciência econômica oficial contemporânea. A construção de Volta Redonda foi considerada uma “insensatez” pelos economistas de mais prestígio na época. A forma final adotada pela **globalização** refletirá as relações de força dos Estados que conformam as estruturas de poder internacionais. É preciso não perder de vista que

Celso Furtado nasceu na Paraíba em 1920. Foi Ministro do Planejamento (governo João Goulart) e ministro da Cultura (governo José Sarney). Em 1964, teve seus direitos políticos cassados. Foi professor de Economia do Desenvolvimento na Sorbonne (Paris) e em várias outras universidades européias e americanas. É autor de inúmeras obras, sendo a mais conhecida “Formação Econômica do Brasil”.

**A GLOBALIZAÇÃO NÃO PODE
SER VISTA COMO UM
IMPERATIVO HISTÓRICO
RESULTANTE DE EXIGÊNCIAS
DO AVANÇO TECNOLÓGICO.
ELA TRADUZ DECISÕES
POLÍTICAS TOMADAS EM
FUNÇÃO DE INTERESSES DE
GRUPOS E PAÍSES QUE OCUPAM
POSIÇÕES DOMINANTES NA
ESFERA INTERNACIONAL.**

a tecnologia é um meio que pode ser usado para diversos **fins**, os quais dependem em última instância da vontade política. O grave é que atualmente se está usando a cobertura da globalização para esvaziar os Estados periféricos. E, no caso do Brasil, que é uma sociedade heterogênea, esse processo de esvaziamento do Estado pode levar à destruição deste.

PROPOSTA - A teoria da dependência com sua percepção do desenvolvimento associado pensou ter rompido com

os marcos teóricos do debate sobre o subdesenvolvimento. Em sua opinião, numa visão de ciclo longo e num enquadramento histórico, como o conceito de dependência poderia ser criticamente apropriado? Que relação poderia ser estabelecida entre este conceito e um corpo de análise econômico-política mais abrangente como o da teoria do desenvolvimento que derivou do marco inaugural das questões suscitadas pela CEPAL no pós-guerra?

CELSO FURTADO - Essa visão da “dependência” como desenvolvimento associado é um dos enfoques do problema. Desde os anos 50 eu tive uma percepção histórico-cultural da “dependência” (meu livro **Brasil, uma economia dependente** é de 1956) como decorrência da forma de difusão internacional do progresso técnico; portanto, como expressão do poder gerado pela inovação técnica. A dominação cultural exercida pelos países que comandaram a expansão do comércio internacional fixou a moldura dos padrões de consumo que se difundiram, gerando a primeira civilização planetária e provocando a futura globalização dos sistemas produtivos. A dominação-dependência que veio a prevalecer está cimentada na aculturação das classes dominantes da periferia, as quais reproduzem os padrões de consumo dos países ricos. O subdesenvolvimento reflete a forma como se propaga internacionalmente o progresso técnico, que é o principal recurso de poder, aquele a que menos acesso têm os países periféricos. A face mais visível da dominação-dependência é a cultural, porém a mais significativa é a tecnológica.

PROPOSTA - Nos recentes debates sobre o desenvolvimento e a questão da desigualdade, vários analistas têm utilizado a metáfora do novo dualismo. Na sua opinião a teoria do subdesenvolvimento e as contradições centro-periferia ganham atualidade? Devem ser resgatadas na análise dos processos sociais internos aos países centrais (sociedade a duas velocidades), bem como na análise das novas contradições e formas de crise que afetam os países das diferentes periferias?

CELSO FURTADO - A situação dos países de estruturas sociais heterogêneas, que chamamos de subdesenvolvidos, mantem-se a mesma, não obstan-

te a considerável industrialização de muitos deles. Com o avanço da globalização, vale dizer, com a maior concentração do poder econômico, cresce a massa de subemprego (exclusão social) e reduz-se a governabilidade com o esvaziamento do Estado. O quadro estrutural dos países centrais também conheceu importante evolução com o fim da Guerra Fria. As grandes empresas capitalistas aumentaram consideravelmente seu campo de atuação, reduzindo-se concomitantemente a capacidade coordenadora dos governos nacionais. Essa evolução aponta na direção de nova estruturação do poder político global e

novo recorte na estratificação social, com ampliação do fosso entre desenvolvidos e subdesenvolvidos e entre incluídos e excluídos nos dois mundos. Tudo se passa como se a velha análise marxista recuperasse validade, pois as contradições sociais se aprofundam.

PROPOSTA - As periferias semi-industrializadas aparecem como um paradigma alternativo em termos de projetos nacionais consistentes no caso do leste asiático. Mesmo em seus

ensaios, aparece o reconhecimento do caráter distinto e do peso das políticas endógenas nas estratégias de inserção internacional de países como a China Popular ou a Coreia do Sul. Porém, o perfil autoritário dessas estratégias apresenta-se como contraditório em relação à democracia e à cultura ocidental, o que coloca enormes barreiras para que as forças sociais e políticas que buscam um novo paradigma de desenvolvimento possam mirar-se neles. Como podemos nos relacionar criticamente com o experimento do

industrialismo asiático (processos de coordenação, conglomeração e inserção internacional, assim como estratégias de Ciência e Tecnologia ligadas a um regime produtivo ultra ou pós-fordista) no contexto de uma economia nacional complexa, que parte de um tripé estrutural com forte presença

do capital industrial e financeiro dentro do próprio bloco industrial nacional?

CELSO FURTADO - O que singulariza os países do Leste asiático — ademais de uma matriz cultural de raiz confuciana que contrasta com o nosso individualismo — é terem começado por uma profunda

**A DOMINAÇÃO-DEPENDÊNCIA
QUE VEIO A PREVALECER
ESTÁ CIMENTADA NA
ACULTURAÇÃO DAS CLASSES
DOMINANTES DA PERIFERIA,
AS QUAIS REPRODUZEM OS
PADRÕES DE CONSUMO
DOS PAÍSES RICOS.**

**ENQUANTO NÃO
MODERNIZARMOS AS
ESTRUTURAS SOCIAIS DO PAÍS
SEREMOS UM GIGANTE DE PÉS
DE BARRO.**

reconstrução do setor agrário, que ocupava quatro quintas partes da mão-de-obra. A influência da Revolução Chinesa — temor do efeito de sedução exercido pelos avanços sociais logrados por esta última — fez que os investimentos iniciais fossem concentrados no fator humano, particularmente na educação e na alimentação. O fato é que houve desde o início uma estratégia política que privilegiou a melhoria do fator humano e, em seguida, a criação tecnológica. O que nos impediu de seguir uma estratégia similar foi menos a pressão de interesses externos (no Leste asiático estes atuaram no bom sentido) e mais o corno egoísmo das oligarquias e de seus representantes na classe política. Enquanto não modernizarmos as estruturas sociais do país seremos um gigante de pés de barro.

PROPOSTA - O enfoque cultural da teoria furtadiana do desenvolvimento coloca um acento destacado na propensão mimética das nossas elites em relação às classes dominantes dos países centrais. Os modos de produção e reprodução da pauta de consumo e das formas de vida nos colocam prisioneiros de um campo de representação onde fica difícil estabelecer mecanismos e políticas de desenvolvimento sustentável e reformas de caráter redistributivo. Como se coloca, hoje, a questão do consenso nacional e de um bloco social e industrial capaz de protagonizar um projeto alternativo nos marcos da democracia? Como se coloca a possibilidade de formularmos um projeto endógeno de desenvolvimento num quadro de predomínio cultural e de virtual hegemonia da globalização como ideologia?

CELSO FURTADO - O Brasil deve ser o país de governo democrático, isto é, eleito pelo voto livre da população, em que os interesses do povo são mais negligenciados pelo governo. Há pouco, se conseguiu, em certa região de nosso país, reduzir em 30% a mortalidade dos recém-nascidos vivos no correr de um ano. Isso, com medidas elementares de higiene. Seria difícil conseguir uma contraprova

mais cabal de omissão de governo. O que caracteriza o Brasil são as enormes barreiras criadas pela sociedade para impedir que avance e se consolide uma efetiva democracia em que haja menos famintos e desabrigados, e também menos ostentação do supérfluo. Portanto, é preciso encontrar a forma de aprofundar o processo democrático. A pressão mimética (o efeito de demonstração de que falavam

os economistas de minha geração) sempre existirá. O que é preciso é neutralizá-la, evitando que as alavancas de comando do poder sejam monopolizadas por grupos aculturados que dão as costas à realidade social do país. Essa ação predatória de elites alienadas é viabilizada pela escandalosa concentração de renda que nos envergonha nas comparações internacionais. Não somos - "prisioneiros" e sim coniventes de uma situação que raia a imoralidade e que poderia ser modificada em um decênio com uma política que desse novas priori-

dades à ação do governo. A iniciativa terá de emergir da sociedade civil, mediante a renovação da classe política. As tensões que manifestam atualmente no campo e a crise crescente de insegurança nas grandes cidades são indícios de que não estamos sabendo preparar o futuro.

PROPOSTA - Em Os Ares do Mundo, o Sr. já falava sobre a necessidade de construirmos um "observatório" da situação e da formação da economia-mundo na sua relação com o modelo de transnacionalização norteamericana. Essa economia-mundo, que ultrapassa os paradigmas dos ciclos econômicos de mundialização, encontra-se diretamente implicada nos jogos de força entre transnacionalização financeira, regimes competitivos e formação de blocos econômicos regionais, apresentando características que, para alguns, conjunturalmente são percebidas como de declínio ou de etapa final de um ciclo hegemônico. Como ficam as economias latino-americanas em processos de ajuste e integração regional fortemente orientados pelas refor-

**O QUE CARACTERIZA O
BRASIL SÃO AS ENORMES
BARREIRAS CRIADAS PELA
SOCIEDADE PARA IMPEDIR
QUE AVANCE E SE CONSOLIDE
UMA EFETIVA DEMOCRACIA
EM QUE HAJA MENOS
FAMINTOS E DESABRIGADOS,
E TAMBÉM MENOS
OSTENTAÇÃO DO SUPÉRFLUO.**

**É NECESSÁRIO
RECONSTRUIR O ESTADO
NACIONAL, PRIVILEGIANDO
OS OBJETIVOS SOCIAIS E
TENDO EM CONTA OS
CONSTRANGIMENTOS
IMPOSTOS PELA
GLOBALIZAÇÃO DE CERTAS
ESFERAS DAS ATIVIDADES
ECONÔMICAS.**

mas liberalizantes e padrões multilaterais sob a ascendência das exigências dos EUA? Qual o grau de autonomia relativa e as bases sobre as quais devem operar as economias nacionais e os Estados que, como o brasileiro, podem graduar e relativizar os padrões atualmente definidos pelo condicionamento do binômio globalização-reestruturação?

CELSO FURTADO - As economias latino-americanas interromperam seu processo formativo apoiado no mercado interno, isso sob pressão das empresas transnacionais coligadas a grupos dirigentes locais associados. Em face dos avanços tecnológicos, em particular nos meios de informação, a pressão no sentido de maior interconexão dos sistemas econômicos vem sendo crescente. O problema que se vem colocando um pouco por toda parte é fazer face às consequências negativas das rupturas nas estruturas sociais. A situação é similar à que levou à emergência do *New Deal*, solução encontrada para o desemprego em massa provocado pelas depressões cíclicas. Atualmente, o desafio maior se coloca no plano da criação de novas instituições que tenham em conta as particularidades de nosso país. É necessário reconstruir o Estado nacional, privilegiando os objetivos sociais e tendo em conta os constrangimentos impostos pela globalização de certas esferas das atividades econômicas. Dadas as incertezas que temos pela frente, cresce a importância da atividade política, a qual, entre nós, se circunscreve a esferas sociais tradicionalmente alheias aos problemas da massa da população. Voltamos assim à evidência de que o país necessita aprofundar o exercício da democracia.

PROPOSTA - O Sr. apresenta em vários de seus ensaios e balanços sobre os processos de desenvolvimento um verdadeiro enfoque ético-filosófico. Como situaria sua percepção como cientista e homem público dos atuais impasses e bloqueios para a realização de projetos de desen-

*TRATA-SE DE ENCONTRAR
NOVAS BASES DE APOIO PARA
UM MOVIMENTO DE
SOLIDARIEDADE NACIONAL QUE
DEVE PARTIR DA
IDENTIFICAÇÃO DAS
CARÊNCIAS E DAS
NECESSIDADES FUNDAMENTAIS
DO POVO A SEREM
SATISFEITAS. É MENOS
QUESTÃO DE RETOMAR O
CRESCIMENTO E MAIS DE
MODIFICAR O RUMO DESTA.*

*SE PARÁSSEMOS O
CRESCIMENTO POR UM
DECÊNIO PARA INVESTIR
FORTEMENTE NA QUALIDADE
DO FATOR HUMANO, INCLUSIVE
NOS PADRÕES DE
ALIMENTAÇÃO E HABITAÇÃO
DA MASSA DA POPULAÇÃO
DESVALIDA, ESTARÍAMOS
PREPARADOS PARA AVANÇAR
NO PRÓXIMO SÉCULO,
PRESERVANDO NOSSA UNIDADE
DE POVO E CULTURA.*

volvimento nacional que superem as desigualdades nesse final de século?

RESPOSTA: O Brasil é a resultante de um processo histórico que dificilmente encontra explicação por analogia. Os interesses políticos e econômicos ligados à Coroa portuguesa conduziram esse processo por mais de três séculos guiados por um espírito essencialmente patrimonialista e manobrando com habilidade diante das circunstâncias históricas. Muito lentamente surgiu o embrião de um povo, e mais lentamente ainda, aflorou a consciência de identidade nacional. No curso do último século, quando a unidade nacional poderia ser ame-

açada, o processo de industrialização erigiu o mercado interno emergente em força centrífuga geradora de uma solidariedade objetiva. São esses vínculos econômicos interregionais que começam a se debilitar, dissolvidos pelo processo de **globalização**. Houvesse o país alcançado relativa homogeneidade entre

níveis de desenvolvimento e padrões de vida regionais e o problema seria menos intratável. Mas a verdade é que muito pouco foi feito nos últimos decênios para reduzir as disparidades sociais e regionais de níveis de renda. Desta forma, as forças que no passado consolidaram a unidade deste imenso país - o estamento patrimonialista primeiro e a industrialização apoiada no mercado interno em seguida - são vistas como anacronismos no contexto atual. Trata-se, portanto, de encontrar novas bases de apoio para um movimento de solidariedade nacional que deve partir da identificação das carências e das necessidades fundamentais do povo a serem satisfeitas. É menos questão de retomar o crescimento e mais de modificar o rumo deste.

Se parássemos o crescimento por um decênio para investir fortemente na qualidade do fator humano, inclusive nos padrões de alimentação e habitação da massa da população desvalida, estaríamos preparados para avançar no próximo século, preservando nossa unidade de povo e cultura. □

Jorge Eduardo Saavedra Durão

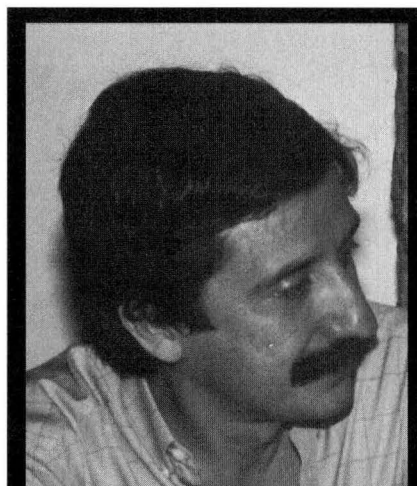
O PANORAMA INTERNACIONAL E AS ONGs

PROPOSTA - Assistimos ao fim ou a um declínio acentuado da importância do paradigma desenvolvimentista no que diz respeito às relações norte-sul. Como você vê esta situação em termos de novos cenários para a cooperação internacional?

JORGE EDUARDO - A quebra deste paradigma, ou destes paradigmas, tem de fato um impacto muito forte sobre o sistema de cooperação internacional, embora eu tenha me acostumado a pensá-lo como uma espécie de bolo de camadas. Uma característica que sempre me chamou a atenção no diálogo com a cooperação internacional é o fato de surgirem novos paradigmas, novas idéias, novos temas, novas modas sem que haja, muitas vezes, uma superação dos anteriores. Trata-se de uma espécie de somatório pouco coerente de idéias de tempos diferentes.

Mas, não há dúvida, que apesar de todas as diferenças políticas, todas as clivagens existentes, por exemplo, entre a cooperação oficial e a cooperação não-governamental, durante muitos anos havia uma certa matriz comum. A impressão que eu tenho é que de fato há uma dissolução muito acentuada desta matriz com o advento e a hegemonia do neoliberalismo, com o próprio avanço do processo de globalização, que também é de fragmentação e de constituição de ilhas avançadas muitas vezes em meio a arquipélagos de pobreza, de retrocesso social em determinados casos.

Aquela idéia-força da extensão do modelo de desenvolvimento dos países ricos do ocidente ao conjunto da humanidade - que era



Jorge Eduardo é Diretor executivo da FASE e ex-presidente da ABONG.

ainda mais reforçada pelo clima de Guerra Fria, da bipolaridade - perdeu muito da sua força original. Diante disso, passa a vigorar na opinião pública de muitos países, não apenas em círculos estatais, uma visão mais cética e, as vezes, até cínica com relação às injustiças, à miséria, às desigualdades sociais que afetam a continentes inteiros - como é o caso da África - conduzindo-os a uma situação catastrófica.

Mas isto também tem como subproduto um desenvolvimento muito produtivo no campo da cooperação, que é a criação de condições para um novo tipo de solidariedade que temos chamado de "cooperação de mão dupla". Até pelas próprias características do

processo de globalização em que você tem o sul no norte, isto é, você começa a ter nos países ricos como a França, segmentos importantes da população em situações sociais muito precárias. Na França se fala muito em desenvolvimento em tempos diferentes. Isso inclusive já é uma diferença concreta das ONGs brasileiras e de outras entidades parceiras, como as agências de cooperação não-governamentais. Por

exemplo, no caso das agências ecumênicas, há um diálogo de mão dupla onde se começa tentar construir novas referências para a cooperação internacional, novas referências políticas, novos conceitos, uma nova visão do processo de desenvolvimento alternativo aos modelos de desenvolvimento dominante.

Na medida em que se avance intelectual e politicamente por essa via, eu acho que isso também provocará crises na coope-

**AQUELA IDÉIA-FORÇA
DA EXTENSÃO DO
MODELO DE
DESENVOLVIMENTO
DOS PAÍSES RICOS DO
OCIDENTE AO CONJUNTO
DA HUMANIDADE
PERDEU MUITO DA SUA
FORÇA ORIGINAL.**

ração como uma realidade que é institucionalizada, que responde a parâmetros tradicionais.

Vou dar um exemplo bem simples. A Misericórdia da Alemanha, resolveu se ocupar da problemática do desenvolvimento sustentável na Alemanha. Na opinião de todos os parceiros ou de muitos parceiros consultados por ela, ver até que ponto os padrões de consumo, a maneira como funciona a economia alemã são compatíveis tanto social como ambientalmente com uma proposta de um desenvolvimento sustentável parecia absolutamente pertinente e de maior relevância. No entanto, houve muitos setores na Alemanha que reagiram negativamente, inclusive mesmo apoiadores da Misericórdia. Eu citei a Misericórdia, mas qualquer outra agência que começa a lidar com determinados problemas internos de seus países, sofre fortes questionamentos. Isso porque há pessoas até conservadoras que apoiam essas agências na lógica da “ajuda aos pobres”, mas não aceitam que as suas próprias condições de existência sejam postas em questão por estas organizações. Isso tudo são implicações que eu acho que a crise do desenvolvimentismo pode trazer.

PROPOSTA - Esta crise significa um decréscimo de valores de solidariedade e mesmo de disponibilização de recursos no norte. Como as ONGs do sul poderiam ter uma maneira mais específica de contribuir para criar uma nova sensibilidade na opinião pública das sociedades do norte para estas questões de miséria, ou seja, uma contracorrente deste ceticismo e cinismo?

JORGE EDUARDO - Pelo que eu falei antes, acho que você pode depreender que há, ao mesmo tempo, por um lado, o declínio de uma certa consciência de ajuda ao desenvolvimento, um debilitamento de um certo tipo de solidariedade internacional. Mas, por outro lado, há também um processo que propicia o surgimento de novos atores da cooperação, de novos setores das sociedades mais ricas interessados na problemática, abrindo a oportunidade talvez até de formas mais consistentes de solidariedade.

Indo ao ponto que você coloca. Uma coisa que já é evidente, que nós temos ouvido inclusive de alguns representantes de agências, é que o sul tem que ter um papel mais ativo no diálogo. As vezes fica mais difícil para o pessoal das agências, das ONGs do norte de maneira geral, produzir a reflexão, as análises, o discurso e até implementar as

ações isoladamente. Isso aponta para uma cooperação mais dialogal. Por exemplo, nesse processo da Conferência de Copenhague, eu me lembro da participação de ONGs do Canadá, até coalizões de ONGs e movimentos sociais. De repente, a questão do recuo das políticas sociais, da seguridade, tudo isso, já é um problema também de um dos países mais

ricos do mundo. As políticas neoliberais afetam o Reino Unido e o Brasil. E aí vão sendo identificados temas comuns. A questão ambiental mesma é uma das mais importantes não apenas porque não é um problema que possa ser resolvido no âmbito de qualquer país isoladamente, mas também porque põe em questão o modo de vida das pessoas nos países ricos: o consumismo, os padrões individualistas, etc. Isso

também é objeto de crítica nesses países. Há uma consciência ecológica muito importante nos países do norte e eu acho que isso é o exemplo mais importante de como é possível se desenvolver uma cooperação que seja fundada numa relação não assimétrica, sem essa assimetria da ajuda.

Agora, sem dúvida, enquanto persistir a profunda assimetria do ponto de vista do acesso aos recursos, isso tem uma contradição com os fluxos, com a questão da cooperação financeira. Evidentemente ainda estamos muito longe da possibilidade de inverter essa situação de dependência que a maioria das ONGs do sul tem com relação aos financiamentos dos países desenvolvidos. Isso é uma contradição que complica bastante o processo.

PROPOSTA -Falando agora mais especificamente dessas fontes de recursos do norte: esse processo que você está descrevendo trouxe mudanças em termos de como esses recursos eram canalizados para as ONGs? Está havendo mudança na relação, por exemplo, de cooperação com fontes oficiais de recursos; as ONGs aqui do sul podendo tratar diretamente com fontes oficiais de recurso do norte? A idéia clássica seria a das agências captadoras de recursos no norte relacionando-se com fontes governamentais oficiais, semi-oficiais ou privadas e repassando recursos para as ONGs aqui

do sul. Esta relação está sendo alterada? As ONGs do sul estão tendo que procurar acesso a fontes de financiamento diretamente, ou essas fontes de financiamento eventualmente estão procurando

***EU NÃO
CARACTERIZARIA
O MAIOR IMPACTO
DA ATUAL CRISE
COMO SENDO DE
REDUÇÃO
DE FUNDOS.***

***ESTAMOS EM UM
PROCESSO DE
CONSTITUIÇÃO DE UMA
SOCIEDADE CIVIL
PLANETÁRIA.***

interlocutores mais diretos no sul ?

JORGE EDUARDO - Precisamos situar esses processos no tempo. Nos anos 60, 70 e 80, houve um certo boom das ONGs e até mesmo questionamentos e críticas de setores da opinião pública nos países ricos à cooperação oficial, cooperação de governo a governo, a sua vinculação à políticas de determinados países. Por exemplo: se você pegar a cooperação americana, podia se fazer um paralelo com a política de segurança, com os interesses estratégicos dos Estados Unidos, privilegiando países como Egito, Israel, Turquia, vivendo aquela lógica da Guerra Fria. Também há a questão da ineficiência, casos de corrupção. Na França, houve escândalos: o famoso Carrefour de Development, que foi um tremendo escândalo de corrupção em torno da cooperação com países africanos. Tudo isso favoreceu muito a entrega de fundos governamentais às ONGs que são chamadas em alguns países Entidades de Co-Financiamento. O caso holandês é exemplar: quatro grandes agências recebem fundos vultosos do governo e têm um mandato muito amplo para o apoio a projetos do Terceiro Mundo.

Em alguns casos houve tensões entre governos e as ONGs do norte. Por exemplo: houve um momento em que o governo do Canadá, através da Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional, tentou passar por cima das ONGs canadenses, estabelecer diálogo e relações diretas de apoio às ONGs do sul e gerou uma certa polêmica no Canadá. Mas hoje, eu acho que esta tendência está superada. É claro que mais tarde, na medida que se aprofunda a crise da cooperação, começa haver questionamento da eficácia, do impacto das próprias ONGs. E, aí, inclusive, com debates profundamente equivocados. Coisas do tipo: as ONGs já repassaram não sei quantos milhões para os países pobres e a pobreza e a miséria aumentam. Como se a cooperação internacional pudesse ser responsabilizada pela erradicação da pobreza. É como se não houvesse outros fatores muito mais importantes, mesmo do ponto de vista do fluxo de recursos. (Não vou entrar nessa discussão se vai mais dinheiro do sul para o norte).

De qualquer modo, eu não caracterizaria o maior impacto da atual crise como sendo de redução de fundos, embora em alguns países isto tenha ocorrido como no caso da Itália por exemplo. Mas eu acho que é muito mais pela crise do Estado italiano, afetando inclusive conjuntamente a disponibilidade de recursos, do que um fenômeno específico relativo à cooperação.

AS AGÊNCIAS DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO PERDERAM TERRENO EM RELAÇÃO A OUTRAS ENTIDADES QUE TRABALHAM QUESTÕES EMERGENCIAIS.

De maneira geral, eu não caracterizaria um recuo, uma redução dos fundos para a cooperação. Há um agravamento da situação social no mundo inteiro, tantas situações catastróficas, há tantas emergências. A própria desagregação do bloco socialista colocou novas demandas no campo da cooperação. Agora, acho que há um impacto ligado a esse questionamento dos resultados, da eficácia da cooperação e também pela influência geral do pensamento neoliberal. Há a idéia de maior eficiência, grande atenção a questões como relação custo benefício, tudo isso em relação ao funcionamento das próprias agências. Há ainda redução de pessoal em algumas agências e, é claro, em alguns casos também os recursos se reduzem, como por exemplo, em relação às agências confessionais. Neste caso, há um recuo da religiosidade nos países, menos gente vai à igreja, portanto, menos gente contribui nas coletas. Também as agências de cooperação para o desenvolvimento perderam terreno em relação a outras entidades que trabalham questões emergenciais:

as calamidades naturais ou situações como a da Somália, Ruanda, etc. O público doa para aquilo que é mais visível. Diante do próprio colapso do desenvolvimentismo, torna-se mais difícil obter apoio para certos tipos de atividades.

A redução de pessoal das agências e essas exigências de maiores impacto e eficiência também levam a rearranjos na relação com os parceiros. Caso concreto. Uma agência teve uma redução do seu orçamento por uma decisão, no caso, do Congresso americano. A redução no orçamento, que foi drástica, implicou em corte de pessoal mais acentuado do que o da disponibilidade de recursos para projetos. Isto significa mais uma perda de capacidade de receber, analisar e aprovar projetos e menos uma diminuição dos recursos disponíveis. Moral da história. Concentrou-se a cooperação em determinados parceiros, reduziu-se o número de parceiros para o mesmo montante de recursos. Claro que as vezes também o montante de recursos é menor.

PROPOSTA - Independente se esses recursos diminuíram ou não, a forma desses recursos se encaminharem para cá se alterou. Isso trouxe algum tipo de impacto no sentido das ONGs brasileiras passarem a buscar uma nova sensibilidade para problemas sociais? Há alguma mudança no sentido de captação de recursos internos aqui no Brasil junto a empresas, igrejas, orçamentos públicos etc?

JORGE EDUARDO - Antes disso, eu acho que há um elemento importante, no caso brasileiro. Eu até vou me repetir, porque é uma coisa que já vem sendo discutida há dois ou três anos pelas ONGs e dentro da ABONG. Há uma contradição forte entre o não crescimento de recursos disponibilizados pela cooperação internacional e o crescimento imenso das demandas para a atuação das ONGs. Ampliou-se muito o espaço de atuação das ONGs, inclusive o respaldo governamental, o interesse de parcerias de setores do Estado, seja em nível federal, estadual ou municipal. Abriam-se novos campos de atuação. A democratização tornou muito mais complexas as demandas também em termos qualitativos. Não há mais recursos. Há ainda muitas dificuldades para o acesso a recursos públicos. Não podemos esquecer que nesses últimos anos tivemos, por exemplo, a CPI do orçamento, portanto, a sociedade brasileira foi alertada com todo o fundamento para o problema da corrupção na qual entidades ditas assistenciais tinham um certo papel, aquelas que o Betinho chamou de pilantrópicas. Tivemos ainda a crise fiscal, a falta de recursos do Estado para investir no social e todos esses problemas de execução do orçamento da União. Agora, por exemplo, nós na FASE estamos tendo a experiência de uma licitação. Ganhamos e precisamos de capital digno para ter acesso aos recursos. Temos várias experiências de convênios com órgãos públicos onde há sempre demoras. Temos que fazer uma caução. Durante um ou dois meses não se recebe e o trabalho tem de ser implementado. Certamente a legislação não foi feita pensando nas ONGs, nem em entidades sem fins lucrativos de uma maneira geral. Supõe-se que uma empresa capaz tenha capital de giro para bancar o início das atividades. Portanto, é um modelo bem diferente do nosso, que não temos fundo de reserva, trabalhamos sempre com os recursos a partir do momento que os recursos de um determinado programa ou projeto são liberados. Contudo, todo esse debate que foi feito no âmbito da ABONG sobre a questão do acesso aos fundos públicos e também o diálogo que houve entre a ABONG e ministérios etc. - uma iniciativa que foi estimulada pela Dra. Ruth Cardoso como presidente do Comunidade Solidária para tentar dar

***HÁ UMA CONTRADIÇÃO
FORTE ENTRE O NÃO
CRESCIMENTO DE
RECURSOS
DISPONIBILIZADOS PELA
COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL E O
CRESCIMENTO IMENSO
DAS DEMANDAS PARA A
ATUAÇÃO DAS ONGs.***

***EU ACREDITO QUE PODE
HAVER CERTAS
CONVERGÊNCIAS ENTRE
A EVOLUÇÃO DESSA
FILANTROPIA
EMPRESARIAL E DAS
AÇÕES DAS ONGs.***

uma resposta à crise financeira das ONGs resultante da política cambial do Plano Real - não teve nenhum resultado prático. Tudo é extremamente difícil.

Há complicações jurídicas e burocráticas. O acesso das ONGs a fundos públicos no Brasil é pequeno e não é nada simples.

Você falou também das empresas. No Brasil, nos últimos anos, começou a se desenvolver uma certa consciência, importando a linguagem norte-americana, filantropia empresarial. Por exemplo criou-se o GIFE o Grupo de Institutos Fundações e Empresas.

Em muitos casos, a ação dessas fundações é uma ação de marketing muito colada aos interesses específicos das empresas que estão por trás delas. Mas já há

um certo avanço. Você vê, por exemplo, a atuação da Fundação ABRINQ em relação a questão do trabalho infantil, eu acho isso muito positivo.

Eu acredito que pode haver certas convergências entre a evolução dessa filantropia empresarial e das ações das ONGs. Quem sabe isso propiciará o acesso das ONGs a recursos oriundos das empresas brasileiras. Mas ainda me parece que estamos num terreno das possibilidades, das perspectivas possíveis, mas não seguras.

PROPOSTA - A FASE é uma das maiores e mais tradicionais ONGs brasileiras. Recentemente passou por uma reestruturação de suas atividades no quadro interno para se adaptar às mudanças trazidas para o mundo das ONGs pelo Plano Real e pelas crescentes iniciativas governamentais nas áreas de programas sociais, assistenciais, ambientais, educacionais, geração de trabalho e renda. Independente de seus méritos, se as iniciativas são corretas ou não, o fato é que o governo tem tomado iniciativas de gerir essas coisas. Ocorreram ainda mudanças no quadro da cooperação internacional de que já falamos. Esse quadro caracterizou uma certa crise das ONGs. Esta crise persiste? Em que termos e como enfrentá-la?

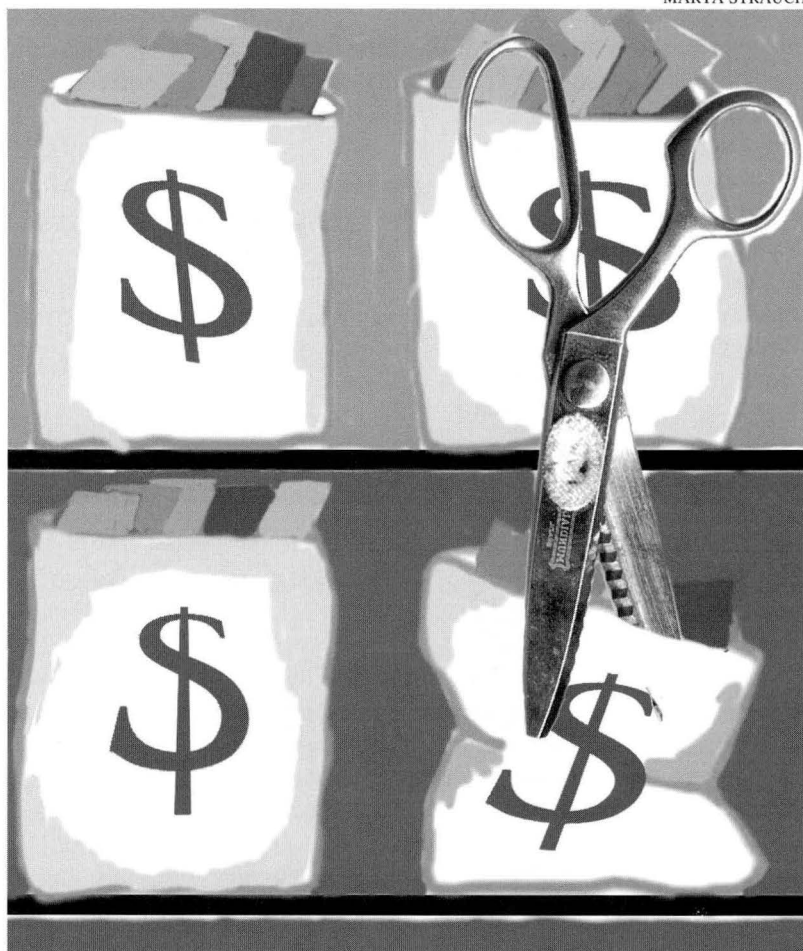
JORGE EDUARDO - Se nós considerarmos aquela contradição que eu mencionei anteriormente entre o campo potencial de ações das ONGs, a demanda da sociedade colocada para as ONGs e os recursos disponíveis, eu acho que a crise permanece.

Talvez não seja crise o termo mais apropriado. Talvez isso seja mais uma contradição permanente que caracteriza o período que nós estamos vivendo.

Em relação à crise no sentido de uma situação na qual essas contradições se manifestaram de uma maneira particularmente aguda, ela existiu e foi um momento muito difícil para as ONGs porque elas tiveram uma perda substancial de recursos com o Plano Real. A partir desta crise eu acho que houve um ajuste. Esse ajuste não foi necessariamente feito da maneira mais racional, mais virtuosa possível porque as vezes há condicionamentos verdadeiramente irracionais, aleatórios. Quando chega uma situação em que não se tem dinheiro, muitas vezes se é obrigado a cortar aquilo que não tem financiamento e manter o que tem. Mas isso não quer dizer que o que tem financiamento circunstancialmente seja melhor do que o que não tem.

A FASE, que tem um programa trienal, que tem uma boa parte dos seus recursos num fundo geral que pode ser realocado de acordo com as prioridades institucionais, está uma situação relativamente privilegiada nesse contexto. Mas, mesmo assim, o ajuste que nós fizemos foi além do que seria um corte de gorduras. Cortamos atividades com grande potencial. E, ainda agora, por exemplo, estamos tendo que reestruturar o nosso escritório em Porto Alegre: uma equipe competente fazendo um trabalho relevante, que tem tudo a ver com as questões prioritárias da problemática urbana, da gestão democrática no Brasil hoje e são temas dos eixos temáticos da FASE, de nosso programa trienal. São cortes necessários quando se quer preservar o conjunto. Tem-se que fazer esse tipo de coisa.

Eu até brinquei dizendo que é importante o cadastro que a ABONG fez porque, como os dados já não estavam muito atualizados quando foi lançado, de uma certa maneira, funciona *ad perpetuam rei memoriam*. A partir do cadastro anterior agora temos uma referência para fazer uma análise comparativa. Algumas ONGs desapareceram e muitas so-



freram reduções importantes do seu quadro, da sua capacidade de intervenção.

Há outros aspectos que eu não sei se podemos chamar de crise, talvez uma crise de crescimento, de amadurecimento institucional. Os desafios que as ONGs têm enfrentado do ponto de vista da sua consolidação institucional correspondem por vezes a exigências absolutamente pertinentes da sociedade. Muitas ONGs eram bastante informais e há certos níveis de informalidade que são incompatíveis com as exigências de transparência, de capacidade de prestar contas ao público, à sociedade. E também exigências de mudanças do ponto de vista da profissionalização, da qualificação dos seus quadros.

Esses últimos anos conformaram também um período muito rico de mudanças para as ONGs e mesmo a crise não pode ser reduzida a seus aspectos negativos. Eu acho que a experiência da FASE mostra que, com grandes esforços do conjunto do seu pessoal e da sua direção, houve, ao mesmo tempo, um certo encolhimento, uma redução quantita-

**ALGUMAS ONGS
DESAPARECERAM E
MUITAS SOFRERAM
REDUÇÕES IMPORTANTES
DO SEU QUADRO, DA SUA
CAPACIDADE DE
INTERVENÇÃO.**

tiva, mas em vários pontos nós conseguimos dar saltos de qualidade. Agora mesmo estamos num esforço muito grande de aperfeiçoamento do círculo de planejamento, entendendo-se por isso também o acompanhamento e avaliação dos trabalhos feito de maneira mais rigorosa, mais qualificada. Acho que isso tem a ver também com todas essas exigências e questionamentos tanto nacional quanto internacionalmente com relação ao impacto, aos resultados dos trabalhos das ONGs. Isso eu não sei se devemos ou não caracterizar como parte de uma crise. Se é, é uma crise que gera resultados positivos.

PROPOSTA - Fala-se de uma tendência para a substituição da política, dos partidos e das instituições representativas por governos mais gerenciais, técnicos e competentes. De qualquer forma, é consensual para críticos ou para defensores dessa visão, uma certa perda de substância das instituições políticas representativas tradicionais, o que seria indício da gestação de uma nova sociedade civil. As ONGs são parte dessa nova sociedade civil e não se caracterizam por relações formais de representatividade, de mandato, com seus públicos. Como você vê esta questão? Como as ONGs podem contribuir para a defesa e o aperfeiçoamento da democracia representativa ?

JORGE EDUARDO - Eu não aceitaria uma disjuntiva em que você tivesse de um lado os partidos políticos ou as instituições representativas parlamentares e, de outro, uma sociedade civil na qual as ONGs teriam um papel importante. Eu prefiro raciocinar em termos de um processo de construção, isso que o Chico de Oliveira chamou de uma nova esfera pública, inclusive onde não existe uma polaridade, uma separação, muito menos absoluta, entre o Estado e a sociedade civil. Eu acho até que são conceitos relacionais. Nesta nova esfera pública não está em jogo apenas a expressão corporativa de interesses, mas a capacidade de diferentes atores, instituições, inclusive de legítimas representações corporativas, de produzirem democraticamente, mas em meio a conflitos e a diferenças, novos consensos.

O papel que as ONGs tem tido no sentido de afirmar permanentemente a importância das políti-

cas públicas e, portanto, recusando a sua valorização em detrimento do papel do Estado como quer a proposta neoliberal, de certa maneira, contribui para a valorização das instituições políticas embora me pareça desastroso o envolvimento das ONGs com a política partidária. Mas isso seria uma outra questão.

Não são esses avanços, que são positivos do ponto de vista do fortalecimento da cidadania e dessa nova esfera pública nas quais as ONGs estão envolvidas, que contribuem para o debilitamento das instituições políticas. Há outros problemas muito mais sérios, para os quais as ONGs não cansam de alertar a opinião pública e a quem podem, como, por exemplo, o fato do processo de democratização política no Brasil coincidir de ma-

neira extremamente perversa primeiro com a permanência e, sob certos aspectos, agravamento, da situação de miséria, de exclusão, de apartação social. O descolamento entre o avanço democrático e avanços substantivos em termos de democratização da sociedade brasileira e a opção por uma via de estabilização econômica que se dá as custas das políticas sociais, o minimalismo em matéria de políticas sociais, sem falar na corrupção e na ineficiência dos serviços que o Estado presta à população, tudo isso contribui para que a política seja vista como uma coisa que não interessa às pessoas comuns. Mas eu acho que as ONGs não têm nada a ver com isto. Elas trabalham na contra-corrente dessa tendência. O trabalho das ONGs é sempre um trabalho de valorização do espaço público, das políticas públicas e das instituições representativas.

PROPOSTA - Recentemente você decidiu abandonar o Conselho do Programa Comunidade Solidária. O que motivou sua decisão? Como você avalia o Comunidade Solidária hoje? Como você vê seus possíveis desenvolvimentos futuros?

JORGE EDUARDO - Primeiro gostaria de dizer que eu nunca entendi a participação no Conselho do Comunidade Solidária como uma participação que fosse referida aos interesses específicos das ONGs ou da problemática das possíveis parcerias e relações entre ONGs e governo. Eu entendia que, pela própria configuração do Programa Comunidade Solidária, esse Conselho tinha que

***A EXPERIÊNCIA DA
FASE MOSTRA QUE, COM
GRANDES ESFORÇOS DO
CONJUNTO DO SEU
PESSOAL E DA SUA
DIREÇÃO, HOVE, EM
VÁRIOS PONTOS SALTOS
DE QUALIDADE.***

***O TRABALHO DAS ONGS
É SEMPRE UM TRABALHO
DE VALORIZAÇÃO DO
ESPAÇO PÚBLICO, DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS
E DAS INSTITUIÇÕES
REPRESENTATIVAS.***

ter uma responsabilidade grande com relação ao destino das políticas sociais no Brasil. Nunca deixei de repetir que o Comunidade Solidária foi definido como uma estratégia de governo, uma estratégia de racionalização da intervenção do Estado no campo das políticas sociais e definição de prioridades. E, desde o primeiro momento da minha participação, sempre me preocupou a possibilidade que esse desenho, essa armação institucional do Comunidade Solidária, não estou dizendo que intencionalmente, mas na prática, pudesse gerar uma confusão, um desvio da atenção dos próprios integrantes do Conselho e da opinião pública de uma maneira geral, do todo para a parte. Pois, ao eleger-se dentre os programas dos diferentes ministérios, por exemplo, um programa qualquer do Ministério da Saúde e dizer

que aquele é prioritário porque atende a um setor particularmente vulnerável ou definido como prioritário pelo Programa, perde-se de vista o destino da política de saúde do país, do sistema de saúde, do conjunto das políticas sociais. Sempre achei isso um problema.

Eu não era de fato o único a ver problemas e a falta de uma definição mais estratégica do governo em relação às políticas sociais. Depois de algum tempo, isso passou a ser cobrado. E também toda a questão de como se busca alcançar o equilíbrio fiscal. Ao meu ver há um grau de artificialismo muito grande. É como se você primeiro costurasse a roupa e depois cortasse o corpo para caber de qualquer jeito ali dentro. Esta não é uma regra universal da política do atual governo. Basta ver como é tratada a questão da preservação do sistema financeiro, a questão do pagamento dos juros da dívida pública com recursos fiscais e outros critérios de pesos e medidas diferentes no tocante aos gastos de custeio, às políticas sociais e também aos salários dos funcionários públicos, etc.

Além disso, parte das ações definidas pelo próprio Comunidade Solidária como prioritárias, tais como o desenvolvimento agrícola, os assentamentos rurais, o programa de apoio à agricultura familiar, tudo isso enfrenta sérios bloqueios. Chegamos até a ter um Ministro da Agricultura e da Reforma Agrária que esquecia de

falar do assunto Reforma Agrária nas reuniões do Conselho. Houve um conselheiro que teve de fazer exatamente essa cobrança ao ex-ministro Andrade Vieira. E eu também cada vez mais fui chegando à conclusão, não apriorística, embora eu não tenha votado no atual presidente, de que os limites políticos para se implementar ações relevantes em termos de luta contra a pobreza e contra as desigualdades sociais são mínimos. Na verdade, vemos a precarização dos direitos do trabalho e uma série de aspectos da política governamental que agravam a situação, embora isso seja feito em nome de um determinismo externo, de um imperativo do processo de globalização como algo que é inexorável, como se não houvesse margem de manobra, de opções.

O governo tardava a definir uma estratégia que vinha sendo cobrada pelo conjunto dos membros do Conselho do Comunidade Solidária para que desse uma prioridade efetiva às questões sociais. E eu, talvez discrepando dos demais, eu não acreditava nas condições políticas de uma mudança, dadas as alianças e as bases de sustentação parlamentar do governo: dados os problemas com a maneira como funciona a relação do Executivo com o Legislativo realizando certas barganhas, acho muito difícil que esse quadro mude até o final do mandato do atual presidente. Por isso resolvi sair do Conselho.

PROPOSTA - Como é que você visualiza o cenário futuro, para o próximo milênio, de atuação das ONGs em geral e da FASE em particular. Quais serão seus públicos e projetos? Qual a natureza de suas atividades e de suas parcerias (serviços, áreas de atuação, outras ONGs, partidos, governos, etc)?

JORGE EDUARDO - Já dei alguns elementos para responder a essa questão na resposta à sua primeira pergunta. Com o avanço desse processo de globalização, uma das pistas para responder a esta questão é a idéia de que nós estamos em um processo de constituição de uma sociedade civil planetária, construção de novas alianças, uma cooperação de outro tipo. Este é um elemento essencial. Por que? Se nós aqui

***TUDO É FEITO EM NOME
DE UM DETERMINISMO
EXTERNO, DE UM
IMPERATIVO DO
PROCESSO DE
GLOBALIZAÇÃO COMO
ALGO QUE É
INEXORÁVEL, COMO
SE NÃO HOUVESSE
MARGEM DE MANOBRAS,
DE OPÇÕES.***

***OS DESAFIOS QUE AS
ONGS TÊM
ENFRENTADO DO PONTO
DE VISTA DA SUA
CONSOLIDAÇÃO
INSTITUCIONAL
CORRESPONDEM POR
VEZES A EXIGÊNCIAS
ABSOLUTAMENTE
PERTINENTES DA
SOCIEDADE.***

hoje estamos, como eu acabei de dizer, defrontados com fortes condicionamentos da política brasileira, da ação do Estado do Brasil, inclusive quebra de direitos e tudo mais, em função das exigências da competitividade dessa economia internacionalizada, em nível internacional há também um debilitamento sem precedentes do trabalho face ao capital e de cambulhada dos direitos sociais pelo mundo afora. Penso que a reconstrução de direitos e avanços no reconhecimento de novos direitos exigirá cada vez mais ações concertadas em nível internacional. Já falei da questão ambiental que transcede os limites de qualquer nação.

As ONGs são um fenômeno novo não só por essa peculiaridade de serem uma forma extremamente flexível de ampliação das formas de participação na esfera pública, quer dizer, um instrumento para dar à ação da cidadania um

caráter multifacético, mas elas também nasceram já com um componente de internacionalização que eu acho muito importante. Ressalvando que quando eu falo de internacionalização não estou me referindo a algo que seja apenas ou principalmente supranacional. Porque eu acho que as ONGs também são, pelas suas características, bastante aptas a captarem as peculiaridades culturais e responderem às diferenças nacionais, regionais e até locais. Elas têm, sim, uma capacidade de transitar do local, para o regional até o internacional.

Outra coisa que eu acho importante é a construção de projetos alternativos de desenvolvimento. Eu não estou falando em projetos no sentido micro, mas sim num sentido bem amplo de novos modelos. Para este futuro, as ONGs me parecem um dos instrumentos adequados. □

**AS ONGS SÃO UM
FENÔMENO NOVO, UM
INSTRUMENTO PARA DAR À
AÇÃO DA CIDADANIA UM
CARÁTER MULTIFACÉTICO.
ELAS TÊM, SIM, UMA
CAPACIDADE DE TRANSITAR
DO LOCAL AO REGIONAL
ATÉ O INTERNACIONAL.**

CURSOS ELO:

HORTA BIODINÂMICA

introdução prática

6 a 8 de dezembro de sexta, 12h a dom., 13h

Temas:

- agricultura biodinâmica
- como montar e planejar a horta
- produção e comercialização
- composto orgânico e introdução aos preparos biodinâmicos

Docentes:

Hans Jorg Biach (Estância Demétria), René Piamonte (Instituto Biodinâmico), Marco Bertalot (Associação Elo)

ELABORAÇÃO DE PROJETOS

8 a 10 de novembro de sexta, 12h a dom. 13h

Temas:

- planejamento de projetos
- estratégicos - participativos
- uso de indicadores
- relação com agentes financiadores
- noções de economia associativa

Docentes:

Eduardo Ehiers (consultor), Marco Bertalot (Associação Elo)

CAFÉ ORGÂNICO

a experiência da Agroalpa (MG)

20 a 23 de novembro de sexta, 12h a dom., 13h

Temas:

- bases da agricultura orgânica
- produção orgânica de café, café sombreado
- processos de conservação de cafezais
- certificado de café orgânico
- aulas práticas na Fazenda Agroalpa (MG)

Docentes:

Rachel Soraggi (Agroalpa) e René Piamonte (Instituto Biodinâmico)
Luiz Quaresma (Consultor do IBD) e Eduardo Mendoza (Associação Elo)

AGROPECUÁRIA

introdução ao manejo biodinâmico

22 a 24 de novembro de sexta, 12h a dom., 13h

Temas:

- o organismo agrícola
- planejamento agropecuário
- práticas terapêuticas e manejo de animais
- noções de agricultura biodinâmica e economia associativa

Docentes:

Sergio Correa Pimente e José Bícudo (Laticínio Cambará), Paulo Cabrera (Sítio Bahia), Eduardo Mendoza e Marco Bertalot (Associação Elo)

PROMOÇÃO: ELO - INSTITUTO DE ECONOMIA ASSOCIATIVA • APOIO: INSTITUTO BIODINÂMICO E ASSOCIAÇÃO TOBIAS
REALIZAÇÃO: CHÁCARA SOMÉCURSOS E DESENVOLVIMENTO RURAL • TELEFAX: (014) 821-1739
CAIXA POSTAL 321 BAIRRO DEMÉTRIA CEP 18603-970 BOTUCATU - SP

dos maternos e femininos. E, por isso mesmo, relegadas pelos governos a segundo plano.

Para as mulheres foi sendo criada uma identidade política sobre bases de pureza e dedicação ao próximo, enfatizando a necessidade de *proteção*. Os homens, porém, aprenderam a construir sua identidade política com ênfase na *autonomia*. Altruísmo e genero-

**A DEMOCRACIA QUE
VIVEMOS FOI CONSTRUÍDA
SOBRE UMA PERCEPÇÃO
ABSTRATA DA HUMANIDADE
E SOB CONCEPÇÕES
ESTEREOTIPADAS
DE GÊNERO.**

sidade devem ser atributos dos seres humanos e não determinismo restrito às mulheres. E, é claro, independentemente da orientação sexual de cada pessoa.

Falar de mulher e democracia é fazer a ligação entre as dimensões da igualdade dos sexos e da democracia verdadeira, dando-se visibilidade à dimensão política atual da problemática social e da igualdade. É a constatação de que a democracia que vivemos foi construída sobre uma percepção abstrata da humanidade e sob concepções estereotipadas de gênero.

Mas as nossas utopias não podem ser dissociadas da realidade do presente.

NATHALIA CAVALCANTE

O mercado se apresenta como o novo mito que subjuga todas as relações, inclusive as políticas. Já sabemos que quando as políticas sociais inexistem ou apresentam deficiências, redobra a carga de trabalho já penosa das mulheres: a cultura determina que elas se encarregarão das crianças, dos doentes, dos idosos, dos desvalidos... E quando se entende participação social reduzida à anuência às propostas do governo ou submetida às suas pautas, ainda mais as mulheres são excluídas do processo político.

As resistências maiores à mudança da cultura democrática sexista são sentidas em dois níveis aparentemente opostos, verdadeiros impasses para a conquista da igualdade: dificuldade de acesso das mulheres aos centros decisórios

**O MERCADO SE
APRESENTA COMO O NOVO
MITO QUE SUBJUGA TODAS
AS RELAÇÕES, INCLUSIVE
AS POLÍTICAS.**

de poder político e econômico e a falta de divisão das atividades e tarefas consideradas domésticas.

A raiz das reações é a mesma: a configuração cultural das atribuições e competências do gênero feminino (para "ações de maternagem") e do gênero masculino (para "exercício do poder e autonomia").

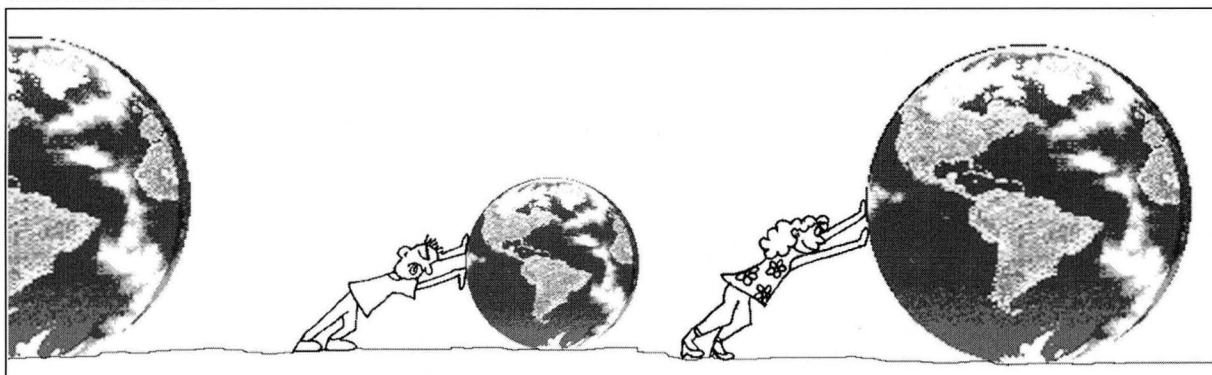
Há necessidade de quebrar de vez o estereótipo de que os homens cuidam do poder político e as mulheres do "poder" doméstico.

**HÁ NECESSIDADE
DE QUEBRAR DE VEZ
O ESTEREÓTIPO DE
QUE OS HOMENS
CUIDAM DO
PODER POLÍTICO
E AS MULHERES DO
"PODER" DOMÉSTICO.**

Temos esperanças de que, nestas eleições, a exigência da cota mínima de 20% de mulheres candidatas possibilite novos ares nas campanhas eleitorais. O programa de capacitação suprapartidária de mulheres candidatas, que está sendo desenvolvido em 22 Estados brasileiros, está contribuindo para revigorar o debate político e redirecionar os rumos de nossa democracia.

Novos direitos? Penso que, ao final de um milênio de grandes transformações, é triste pensar em ter de brigar por *novos* direitos.

O pensamento mundial já evoluiu a ponto de aceitar que os direitos existem, inerentes à dignidade de cada pessoa humana entendida em sua diversidade. Faltam, sim, novas práticas e novas atitudes pra fazer valer os direitos! □



O INSTITUCIONAL E O SOCIAL EM PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO (O CASO DA UNIÃO EUROPÉIA)

No debate atual sobre as duas grandes tendências da ordem internacional, a globalização e a regionalização, esta última aparece para alguns como uma espécie de mediação entre a abertura intra-regional dos mercados e das estruturas produtivas e sua abertura global. Aparece como um espaço integrado regionalmente em que as quatro liberdades previstas - a da livre circulação de serviços, bens, pessoas e capitais - reproduzem e antecipam a liberalização global desses fatores. Para outros, numa conjuntura de economia política global, com o conseqüente enfraquecimento do poder decisório dos Estados nacionais, as integrações regionais representam, em suas áreas geográficas, uma forma de regulação das relações entre Estados e das transações entre indivíduos e atores coletivos através das fronteiras nacionais.

Dessa maneira, por meio de um conjunto de instituições normativas e regras de atuação, coordenadas intergovernamentalmente ou administradas supranacionalmente, estabelecem uma forma de governança transnacional, colocando-se acima da pura anarquia internacional e abaixo de um poder globalmente centralizado.

Se tomarmos como exemplo a

União Européia, vemos que estas duas interpretações - a de uma Europa essencialmente econômica, voltada para o grande mercado global de bens e capitais e a de uma Europa prioritariamente política e social, voltada para a institucionalização de seu espaço comunitário e para a

sua dimensão institucional, talvez a mais ambígua, e à sua dimensão social, certamente a mais problemática e vulnerável. Essa reflexão, além do próprio interesse que o estudo da experiência européia tem em si mesmo, pode ser útil para uma melhor compreensão do



MARTA STRAUCH

regulação dos instrumentos de coesão econômica e social - estiveram presentes em diferentes momentos de sua formação, formulando os princípios e objetivos do jogo regional que estava em curso.

Neste texto, proponho a reflexão sobre a caminhada européia na direção do mercado único, especificamente no que se refere à

processo de formação do Mercosul, do qual o Brasil é o Estado membro mais importante e em relação ao qual o país se posiciona de forma ambivalente, dividido entre um

SONIA DE CAMARGO - Diretora e professora do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

cidas pelo Conselho e pela Comissão e ao não dar ao Parlamento Europeu, apesar de haver aumentado seus poderes, competência legislativa plena.

Por outro lado, do ponto de vista econômico, ao se lançar a União Econômica e Monetária como a próxima etapa a ser alcançada, colocou-se na arena um projeto transnacional extremamente ambicioso e difícil de ser realizado, sobretudo em um momento em que um número crescente de países estava se incorporando ou pretendia se incorporar à União e em uma conjuntura econômica regional e mundial fortemente desfavorável, que retirava legitimidade ao projeto global europeu e dificultava sua viabilidade. O dilema que se colocava tomava quase a forma de um jogo de soma zero pois dividia as opções entre a volta a um “passado de bem-estar” que poucos julgavam recuperável e um futuro de um mundo cada vez mais globalizado, incerto e competitivo.

A aprovação do Tratado de Maastricht pelos países europeus foi, por todas essas razões, extremamente difícil. Acrescentando-se, ainda, a conjuntura pós-Guerra Fria que, trazendo em seu cerne a desintegração do antigo bloco socialista do Leste e a fragmentação da Europa Central, ameaçava a Europa Ocidental com a volta de velhos fantasmas, como violência, discriminação, segregação, racismo, que pareciam para sempre exorcizados. E, à essa volta a uma Europa que se tentava esquecer se somou uma crise econômica global de amplas proporções que empurrou populações inteiras, de fora e de dentro do continente, a bater às portas da Comunidade, pressionando suas fronteiras e gerando focos de descontentamento e instabilidade.

A crise econômica e a paralisia política interromperam, assim, o clima de otimismo que cercara inicialmente as negociações para o Tratado da União. A dificuldade

de sua aprovação pelos eleitores dinamarqueses, irlandeses e franceses recolocou em discussão, mais uma vez, a viabilidade política da meta básica do projeto comunitário, tal como fora prevista pelos seus pais fundadores, que apostavam em uma grande Europa integrada por laços federativos.

De qualquer maneira, o Tratado de Maastricht não interrompeu o processo de revisão das bases do projeto europeu, já que previa a data de uma futura conferência

**NO QUE SE REFERE À
DIMENSÃO SOCIAL, O QUE
ESTÁ EM QUESTÃO,
ATUALMENTE, É IMAGINAR
NOVOS MECANISMOS DE
SOLIDARIEDADE QUE
IMPEÇAM O NAUFRÁGIO
TOTAL DO ESTADO
DE BEM-ESTAR.**

intergovernamental a ser convocada em 1996 e que efetivamente se realizou em março deste ano. Ainda é muito cedo para se ter uma idéia precisa dos resultados dessa reunião, mas fica claro que uma das urgências desta nova fase é a discussão sobre os problemas colocados pela futura ampliação da União Européia, de uma abrangência nunca prevista, já que se trata de passar de quinze para vinte e sete países, alguns deles apenas saídos do universo comunista. Dentre esses problemas, além das questões econômicas - não analisadas neste artigo -, a questão institucional deverá continuar a ser exaustivamente discutida, trazendo em seu bojo a problemática social que, tendo tido até aqui uma presença apenas marginal no processo da integração europeia, aparece agora com um peso crescente na agenda do debate e das negociações no seio da União Européia.

No que se refere à dimensão social, o que está em questão, atualmente, é imaginar novos mecanismos de solidariedade que impeçam o naufrágio total do Estado de Bem-Estar. Trata-se, assim, de construir uma “Europa social” que, através de um conjunto de princípios, normas e programas de ação política, formulados em nível transnacional e não mais apenas nacional, se constitua como um marco legal e legítimo fundamentado em uma legislação social comunitária própria. Uma Europa que, apareça como um espaço ampliado onde se formulem e confluem as demandas e as reivindicações dos atores sociais que se vêem diretamente atingidos pela formação de mercados comuns regionais que tendem a reproduzir em seu âmbito, quando regidos apenas pelas leis do mercado, os problemas vividos em escala nacional. E, atingidos ainda pela formação dos grandes mercados globais que penalizam setores sociais e Estados que não conseguem alcançar as metas requeridas com a velocidade prevista.

Mas, a tarefa de construir um espaço social comunitário apresenta enormes dificuldades em qualquer de seus aspectos. Várias são as razões: em primeiro lugar, mesmo em sua concepção clássica de Estado nacional, as relações entre o Estado e o social são extremamente complexas e mal resolvidas. Em segundo, se nos colocarmos na perspectiva de mercados comuns, as ambigüidades ainda são maiores, tanto do lado da constituição de uma estrutura social unificada - que exige, como mínimo, a harmonização das diferentes legislações sociais dos Estados membros e de suas políticas e sistemas de proteção social -, como do lado da atuação dos atores sociais, especificamente dos trabalhadores organizados, no que se refere ao espaço em que suas demandas e reivindicações são for-

muladas e em que suas estratégias de intervenção nas esferas e mecanismos de decisão comunitária são discutidas.

Esse último aspecto, o do *locus* onde se constróem as convergências e se cimentam as solidariedades é, sem dúvida, o mais complexo já que não admite soluções meramente administrativas e burocráticas. Exige que se criem situações reais de cooperação e laços de integração transnacional efetivos entre os atores sociais difíceis de serem construídos em uma conjuntura econômica e ideológica que acirra os conflitos e exalta a competição. E difíceis, sobretudo se pensarmos que um dos requisitos para a formação de um espaço social comum é a uniformização, ou pelo menos harmonização, dos mercados de trabalho. Mercados que apresentam fortes disparidades entre si e grandes diferenças de comportamento e modos de funcionamento. Não podemos nos esquecer que, para além das determinações essencialmente econômicas, conjunturais e/ou estruturais, a organização das relações no trabalho permanece fortemente marcada pelas características específicas da história social particular de cada nação.

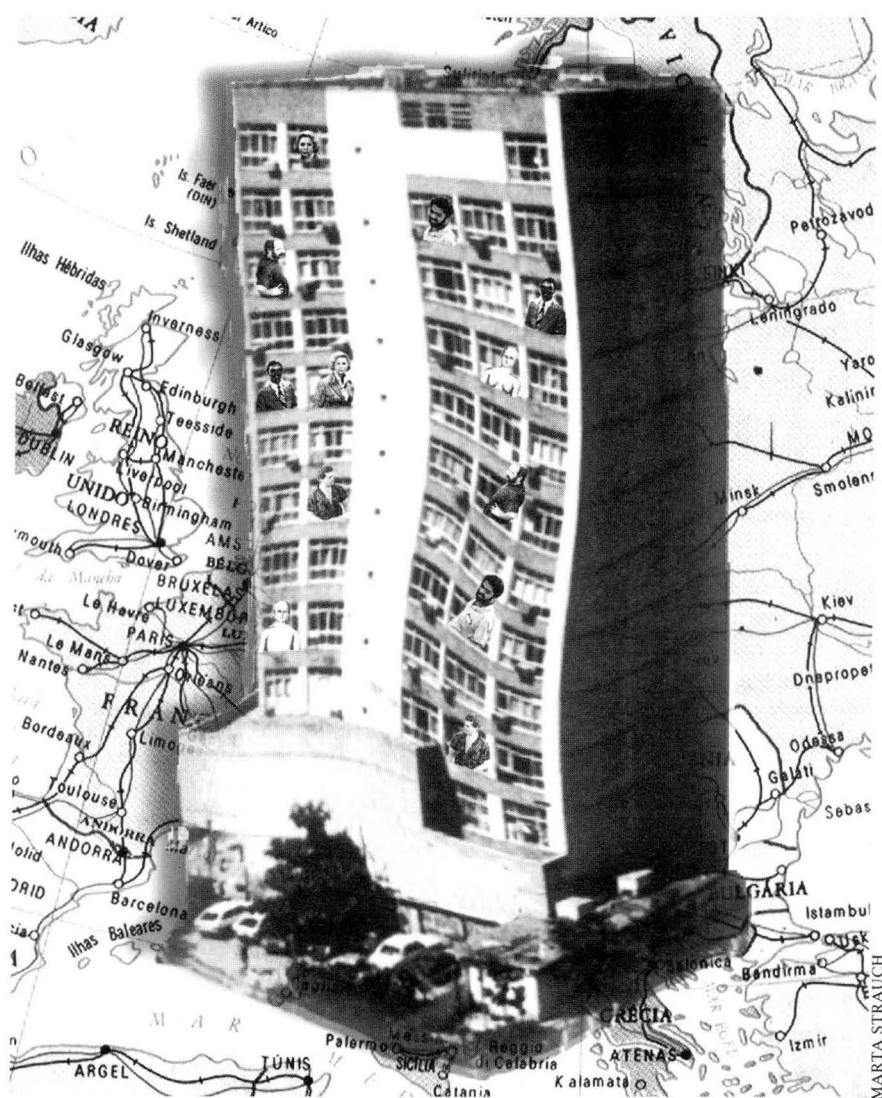
Mas, a União Européia, cujo processo de constituição de um mercado comum já foi praticamente concluído em 1993, não pode se furtar a esse desafio, sobretudo em um contexto em que o agravamento da crise econômica que atinge muitos de seus Estados membros não conta mais, ou pelo menos com a mesma força, com a rede protetora da velha social-democracia para amenizar seu impacto sobre a classe trabalhadora e sobre a população em geral. É, portanto, urgente para os europeus

apostar na necessidade de uma regulamentação social, ainda que mínima, e se comprometer com a implantação de políticas sociais unificadas ou harmonizadas, sob pena de que o processo volte a “esclerosar-se” por falta absoluta de legitimidade. Isso significaria, para a maior parte dos europeus ocidentais, o “fim das ilusões” dos últimos quarenta anos.

Fazendo uma retrospectiva rápida da “trajetória social” da U.E., temos que nos lembrar que, já no Tratado constitutivo de 1957, doze artigos se referiam ao tema do desenvolvimento harmônico das atividades econômicas, da elevação do nível de vida da população trabalhadora e da questão da livre

circulação dos trabalhadores assalariados no momento em que se completasse a formação do mercado interno. Logo depois, nos anos sessenta, foi criado um Fundo Social comunitário destinado a melhorar as oportunidades de emprego através de um programa de formação e aquisição de qualificações novas e de apoio à elevação do nível de vida dos trabalhadores.

Em 1987, o Ato Único Europeu, ao instituir o voto por maioria qualificada, marcou um avanço na área social ao conseguir que se aprovassem medidas relacionadas com a saúde e proteção dos trabalhadores. O processo culminou, em 1989, com a assinatura da Carta Social dos Direitos Fundamentais



**OS GANHOS SOCIAIS
QUEAVELHA
COMUNIDADE ECONÔMICA
E A ATUAL UNIÃO
EUROPÉIA SE HAVIAM
PROPOSTO Atingir TÊM
SE MOSTRADO CADA VEZ
MAIS DISTANTES E
MESMO MAIS DIFÍCEIS
DE SEREM ALCANÇADOS.**

dos Trabalhadores - não aprovada pela Grã Bretanha - que abriu aos trabalhadores europeus o caminho para uma regulamentação mínima, concreta e juridicamente vinculante.

O passo seguinte foi dado pela assinatura do Tratado de Maastricht, em fevereiro de 1992, que amplia a abrangência das questões a serem decididas pelo voto por maioria, incorporando as condições de trabalho e a igualdade entre homens e mulheres no trabalho, assim como o direito dos trabalhadores à informação e consulta. Por outro lado, negocia-se um Protocolo que contempla uma maior participação dos interlocutores sociais na elaboração das políticas sociais e na definição do conteúdo de eventuais propostas de legislação antes que cheguem ao Conselho de Ministros.

Apesar de todos esses esforços no sentido de criar convergências que favoreçam a construção de uma "Europa social", permanecem enormes resistências na transferência do exercício das funções de gestão pública, como ocorreu com a Política Agrícola Comum Européia (PAC), ou com sua Política Comercial Comum (PCC), do nível nacional para o nível comunitário.

Concretamente, os ganhos sociais que a velha Comunidade Econômica e a atual União Européia se haviam proposto atingir - maior expansão econômica, manutenção

do pleno emprego, aumento do nível de vida e um sistema mais equitativo de produção e distribuição de bens - têm se mostrado cada vez mais distantes e mesmo mais difíceis de serem alcançados.

São grandes os impasses com que se defronta a União Européia no campo social. Em outras áreas, o princípio da subsidiariedade apresentou uma solução viável para o problema da articulação entre instâncias decisórias de diferentes níveis. Entretanto, na área das políticas sociais, a questão permanece ambígua, não havendo garantia de que caso não se chegue a um acordo entre as esferas nacional e comunitária, seja possível alcançar uma harmonização de princípios, objetivos e formas de ação social, imprescindíveis à própria existência do projeto de uma "grande Europa".

É necessário, portanto, se quer se avançar, que esse projeto recupere sua legitimidade. Para isso, alguns aspectos devem ser apontados: de um lado, essa recuperação necessita do apoio da pluralidade dos atores sociais, que devem passar a sentir que a integração é um assunto que lhes diz respeito e que os compromete. De outro, esse apoio será tanto maior quanto maior for a capacidade do novo espaço integrado para neutralizar as repercussões negativas decorrentes da evolução do próprio processo e das tendências globais da economia. Esse último aspecto tem a ver com a capacidade real das instituições comunitárias de dar respostas aos problemas sociais, como desemprego, baixos salários, falta de proteção ao trabalhador, má distribuição de renda, condições de trabalho insatisfatórias, que cada vez mais se alastram por todo o continente.

Esse é o desafio que a "nova Europa" tem que enfrentar. Sua população trabalhadora, crescentemente desempregada, empobrecida, desprotegida, dificilmente dará um cheque em branco às au-

toridades de Bruxelas para que decidam sobre suas vidas. Democracia efetiva em âmbito comunitário e ampliação real da cidadania a todos seus habitantes são duas questões intrinsecamente ligadas à constituição de uma "Europa social". É sobre esse alicerce que o edifício europeu tem alguma probabilidade de se sustentar. Do contrário, os velhos nacionalismos e separatismos, virulentos e sectários, podem fragmentar mais uma vez a nova Europa que quer emergir. □

Bibliografia

-AFFICH J., de FOUCAULD:(sous la direction de): *Justice sociale et Inégalités*, Éditions Esprit, Paris, 1992

-BOYER, Robert; SAILLARD, Yves e outros: *Théorie de la Régulation: l'Etat des Savoirs*. Éditions de la Découverte, Paris, 1995.

-CORIAT, B.: *L'Atelier et le Robot*, Ed. Cristian Bourgeois, 1990

-CORONA - VIRON, Pedro: "Social Protection"; in HURWITZ, Leon e LEQUESNE, Cristian: *The State and the European Community*, Lynne Rienner Publishers, U.S.A., 1991

-CROUCH, Colin: "Sharing Public Space: States and Organized Interests in Western Europe"; in *States in History*, Edited by John A. Hall, 1986.

-FITOUSSI, Jean Paul: *Entre Convergences et Intérêts Nationaux: l'Europe*; Presses de la Fondation Nationale, Paris, 1994.

-GUILLAUME, Courty, GUILLAUME, Devin; *L'Europe Politique*; Éditions de la Découverte, Paris, 1996.

-HEYMANN-DOAT, A., "Les Institutions Européennes et la Citoyenneté"; in LE COUR GRANDMAISON, O. et WIHTOL DE WENDEN, C. (dir) 1993

-JOIN-LAMBERT, Marie Thérèse e outros: *Politiques Sociales*; Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques & Dalloz, 1994

-STRANGE, Susan: "Supranationals and the State"; in *States in History*, Edited by John Hall, 1986.

-THÉRET, Bruno e outros: *L'État, la Finance et le Social: Souveraineté Nationale et Construction Européenne*; Éditions de la Découverte, Paris, 1995

-Thibaud, O., FERRY, J.M.: *Discussion sur l'Europe*; Paris, 1992

Acabou!!

a sua
procura
por
cultura e
propostas
alternativas

LIVRARIA FASE

a primeira
com
publicações
exclusivas

LÁ VOCÊ ENCONTRARÁ:

- PUBLICAÇÕES DAS ONGS
- PUBLICAÇÕES SOBRE A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL
- REVISTA PROPOSTA
- CARTILHAS PARA EDUCAÇÃO POPULAR

• BROCHURAS

• PESQUISAS SOBRE OS SEGUINTE TEMAS:

desenvolvimento geração de
trabalho e renda
ação local
políticas públicas e
cidadania

projetos estratégicos
alternativos
cooperativismo e associativismo
globalização e reestruturação
meio ambiente
política agrária
sustentabilidade
educação popular

Rua Senador Dantas, 117/Sobreloja 213 - Centro - Rio de Janeiro
TEL/FAX: (021) 262-6853

Sustentabilidade. Um conceito fugidio, uma palavra escorregadia. Porém, como diz o sábio popular: “Se existe o nome, existe o bicho”. PROPOSTA n. 71 vai atrás da sustentabilidade sem a pretensão de síntese, mas procurando localizá-la onde ela estaria tomando corpo:

Em iniciativas de desenvolvimento local e regional, que procuram, na prática, os caminhos de configuração do futuro.

No debate sobre a Agenda XXI (?) que volta à atualidade cinco anos após a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92.

Na candidatura da cidade do Rio de Janeiro para abrigar as Olimpíadas de 2004, que terá maiores chances se a cidade souber apresentar uma proposta que favoreça a sustentabilidade social e ambiental.

Nos debates acadêmicos e entre estudiosos, militantes do movimento social e outros que procuram interpretar a realidade e apontar as novas dimensões e horizontes do desenvolvimento para o próximo milênio.